

## Químicos e Soluções Sustentáveis do Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 43.874.289/0001-80

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balancos Patrimoniais				Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido								
	Nota	Controladora	Consolidado	Nota	Capital social	Reserva de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Resultado do exercício	Total	
<b>Ativo</b>												
<b>Circulante</b>												
Caixa e equivalentes de caixa	5	41.560	102.130	42.436	103.033	901	-	-	-	-	34.927	
Contas a receber incluindo partes relacionadas	6	197.592	112.533	197.592	112.533						(29.803)	
Estoques	7	186.836	127.293	186.836	127.193						369.247	
Adiantamentos a fornecedores		6.301	1.253	6.301	1.253							
Tributos a recuperar	9	21.077	8.363	21.077	8.363							
Instrumentos financeiros	4	277	-	277	-							
Outros ativos		1.204	1.296	1.204	1.296							
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>454.847</b>	<b>352.868</b>	<b>455.723</b>	<b>353.771</b>							
<b>Não circulante</b>												
Tributos a recuperar	9	1.141	-	1.141	-							
Investimentos	10	876	818	-	-							
Imobilizado	11	145.362	138.409	145.362	138.409							
Intangível	12	9.286	9.676	9.286	9.676							
Agio sobre investimentos	12	94.331	94.331	94.331	94.331							
Direito de uso	13	5.094	4.043	5.094	4.043							
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>256.090</b>	<b>247.277</b>	<b>255.214</b>	<b>246.459</b>							
<b>Total do ativo</b>		<b>710.937</b>	<b>600.145</b>	<b>710.937</b>	<b>600.230</b>							
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>												
<b>Circulante</b>												
Fornecedores incluindo partes relacionadas	14/8	167.611	70.898	167.611	70.983							
Emprestimos e financiamentos	16	-	72.026	-	72.026							
Mútuo com partes relacionadas	8	34.581	-	34.581	-							
Tributos a pagar	2.154	2.650	2.154	2.650								
Imposto de renda e contribuição social a pagar	13.781	13.774	13.781	13.774								
Salários e encargos sociais	17.f	15.830	1.236	15.830	1.236							
Dividendos propostos	13.598	2.614	3.598	2.614								
Arrendamentos	4	-	712	-	712							
Instrumentos financeiros	15	3.628	2.918	3.628	2.918							
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>243.953</b>	<b>171.602</b>	<b>243.953</b>	<b>171.687</b>							
<b>Não circulante</b>												
Arrendamentos	13	2.992	2.214	2.992	2.214							
Provisão para plano de pensão e saúde	24	9.510	5.176	9.510	5.176							
Imposto de renda e contribuição social diferido	22.b	7.833	17.714	7.833	17.714							
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>20.335</b>	<b>25.104</b>	<b>20.335</b>	<b>25.104</b>							
<b>Patrimônio líquido</b>												
Capital social	17	902	902	902	902							
Reserva de capital		399.049	399.049	399.049	399.049							
Reserva legal	180	180	360	180	360							
Reserva de retenção de lucros	47.488	3.708	47.488	3.708								
Ajustes de avaliação patrimonial	(970)	(400)	(970)	(400)								
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>446.649</b>	<b>403.439</b>	<b>446.649</b>	<b>403.439</b>							
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>710.937</b>	<b>600.145</b>	<b>710.937</b>	<b>600.230</b>							
<b>Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas</b>												
1. <b>Informações sobre a Companhia</b> – A Químicos e Soluções Sustentáveis do Brasil S.A. (“QSSB” ou “Companhia”) é uma Companhia anônima de capital fechado, constituída em 30 de setembro de 2021, com sede na Avenida Maria Coelho Aguiar, 215, bloco B, 1º andar, em São Paulo-SP, tem como objeto social a indústria, o comércio, a importação e a exportação de produtos químicos; desenvolvendo materiais avançados e produtos químicos especializados para diversos setores. Suas soluções impulsionam a eficiência e a sustentabilidade em indústrias como aeroespacial, automotiva, agrícola, eletrônica, bens de consumo e saúde. A Companhia fornece materiais leves para reduzir emissões em aeronaves, componentes para baterias de veículos elétricos, produtos químicos que aumentam a produtividade agrícola, materiais que melhoram o desempenho de dispositivos eletrônicos, embalagens sustentáveis e insumos para aplicações médicas e farmacêuticas.												
Incorporação por cisão parcial (carve-out) Rhodia do Brasil S.A. (Rhodia): Em 31 de maio de 2023, a Companhia recebeu, por meio de cisão parcial da Rhodia Brasil S.A., o acervo líquido de R\$399.950, conforme Protocolo e Justificação da Cisão Parcial. O valor do patrimônio líquido (valor contábil) incorporado pela QSSB foi baseado no balanço da Rhodia Brasil S.A. levantado na mesma data. Posteriormente, em 30 de junho de 2023, a Administração da Rhodia retificou o balanço usado no Protocolo e Justificação da Cisão Parcial registrando um ajuste de R\$29.803 registrado contra resultado do exercício. Consequentemente, em 30 de junho de 2023, acervo líquido ajustado revertido para a QSSB foi de R\$369.247, como segue:												
31/05/2023												
Ativo circulante		195.161	(25.537)	169.624								
Ativo não circulante		230.525	7.384	237.909								
Total dos ativos incorporados		425.686	(18.153)	407.533								
Passivo circulante		(11.068)	(4.231)	(15.299)								
Passivo não circulante		(15.567)	(7.420)	(22.987)								
Total dos passivos assumidos		(26.635)	(11.651)	(38.286)								
Acervo líquido		399.051	(29.804)	369.247								
Da parcela vertida, R\$1 foram destinados a aumento do capital da Companhia, passando de R\$901 para R\$902. Os remanescentes R\$399.049 (excluído o montante da participação no capital social da QSSB) foram registrados em conta de reserva de capital, no patrimônio líquido da Companhia. A partir de julho de 2023 (pós cisão), a Companhia passou a administrar, operacionar e produzir nas plantas acompanhando a estratégia de expansão de seus negócios. Dessa forma, em 2023, as operações da Companhia estão, substancialmente, impactadas por essa incorporação parcial. As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 são apresentadas e refletem os resultados operacionais e a posição financeira da Companhia apenas para o período de 6 (seis) meses posterior à cisão. Em contraste, as informações para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 refletem um período completo de 12 (doze) meses. Essa diferença no período da operação pode prejudicar a comparabilidade das informações financeiras entre ambos os exercícios. Desta forma, em 2023, as operações da Companhia estão, substancialmente, impactadas pela incorporação parcial. <b>2. Políticas contábeis materiais – 2.1. Base de elaboração:</b> As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Conforme divulgado na nota explicativa nº 1, a Companhia iniciou suas atividades operacionais em julho de 2023. Dessa forma, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia do exercício anterior compreende, basicamente, o período de seis meses de atividades operacionais e, portanto, não são comparáveis com as respectivas demonstrações financeiras do exercício anterior. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros derivativos, ativos relacionados a instrumentos de dívida ou patrimoniais e contraprestações contingentes que foram mensurados pelo valor justo. Os valores contábeis de ativos e passivos reconhecidos que representam itens objeto de hedge ao valor justo que, alternativamente, seriam contabilizados ao custo amortizado, são ajustados para demonstrar as variações nos valores justos atributíveis aos riscos que estão sendo objeto de hedge. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais e todos os valores são arredondados para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. A Companhia preparou as demonstrações financeiras partindo do pressuposto de continuidade operacional. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica CPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas devem ser tratadas probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente, não superior a um ano, que estão divulgadas na nota explicativa nº 3. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2024. A autorização para a conclusão das demonstrações financeiras foi aprovada em reunião de Administração da Companhia realizada em 19 de agosto de 2023.												
2.2. Base de consolidação: As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2024. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver: • Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida); • Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e • A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos. Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando a Companhia tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida												

... continuação

patrimonial, para fins de demonstrações financeiras da controladora. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em controladas e controladas é contabilizado no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária nas controladas e controladas. A participação societária nas controladas e controladas é apresentada demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da controladora. As demonstrações financeiras das controladas e controladas são elaboradas para o mesmo período da divulgação que as da Companhia. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em suas controladas e controladas. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento em controlada sofreu perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável das controladas e controladas e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora.

**2.10. Imobilizado:** Éstá demonstrado ao custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear com base em taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, de acordo com as taxas divulgadas na nota explicativa nº 11. Os gastos incorridos com manutenção e reparo são contabilizados como imobilizado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto os demais gastos são registrados diretamente no resultado. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo foi baixado. A depreciação é calculada usando o método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, como segue:

**Anos de vida útil estimada em anos**

Edifícios e benfeitorias 10 a 30

Máquinas, equipamentos e instalações 5 a 20

Veículos 5

Móveis, utensílios e equipamentos de escritório 3 a 10

Se houver uma indicação de que houve uma mudança significativa na taxa de depreciação, na vida útil ou no valor residual de um ativo, a depreciação desse ativo é revista prospectivamente para refletir as novas expectativas. O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva quando for o caso.

**2.11. Ativos intangíveis:** a) Ativos intangíveis adquiridos separadamente: Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumulado, quando aplicável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa (UGC). A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. b) Ativos intangíveis gerados internamente (gastos com pesquisa e desenvolvimento): Os gastos com pesquisa são reconhecidos como despesas quando incorridos. Já os gastos com desenvolvimento são reconhecidos como ativo intangível quando a Companhia demonstra que é tecnicamente viável concluir o projeto para uso ou venda, que a Administração tem a intenção e os recursos técnicos e financeiros para completá-lo, que o ativo gerado poderá ser utilizado ou vendido, que é provável que gerará benefícios econômicos futuros e que os custos podem ser mensurados com confiabilidade. Caso esses critérios não sejam atendidos, os gastos com desenvolvimento são reconhecidos como despesa. Ressalta-se que gastos inicialmente reconhecidos como despesa não podem ser reclassificados como ativo em momento posterior. Os ativos intangíveis reconhecidos com base em gastos de desenvolvimento são amortizados pelo método linear, a partir do momento em que entram em operação, ao longo do período estimado de geração dos benefícios econômicos. c) Ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios: Nas demonstrações financeiras, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do âgio são registrados pelo valor justo na data da aquisição, o qual é equivalente ao seu custo. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis adquiridos em combinação de negócios são registrados ao valor de custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumulado, assim como os ativos intangíveis adquiridos separadamente. d) Baixa de ativos intangíveis: Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perdas resultantes do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido no resultado do exercício.**2.12. Perda no valor recuperável de ativos não financeiros ("impairment"):** A Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa (UGC) é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuiram. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa (UGC). Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exausto), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado. O teste de redução ao valor recuperável do ágio é feito anualmente em 31 de dezembro ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil tenha se deteriorado. A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa ao qual o ágio esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: (a) reduzindo o valor contábil do ágio alocado à unidade geradora de caixa; e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo.**2.13. Combinacões de negócios:** Nas demonstrações financeiras, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos pela Companhia, dos passivos incorridos pela Companhia na data da aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas pela Companhia em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são geralmente reconhecidos no resultado, quando incorridos. Na data de aquisição, os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo. O ágio é mensurado como o excesso da soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação adquirente anteriormente detida na adquirida sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis.**2.14. Passivos financeiros:** 2.14.1. Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados como "Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado" ou "Passivos financeiros ao custo amortizado". 2.14.2. Passivos financeiros ao custo amortizado: Os outros passivos financeiros ao custo amortizado (incluindo empréstimos e financiamentos e forne-**Químicos e Soluções Sustentáveis do Brasil S.A.**

cedores) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e outros valores pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. 2.14.3. Baixa de passivos financeiros: Passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações da Companhia são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado. 2.14.4. Compensação de instrumentos financeiros: Ativos e passivos financeiros são compensados ao valor líquido e apresentados no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. 2.15. Ativos de direito de uso e arrendamentos: A caracterização de um contrato como (ou se ele contém) um arrendamento mercantil está baseado na substância do contrato da data do início da sua execução. O contrato é (ou contém) um arrendamento caso o cumprimento deste contrato seja dependente da utilização de um ativo (ou ativos) específicos(s) ou o contrato transfere o direito de uso de um determinado ativo (ou ativos), mesmo se este ativo (ou estes ativos) não estiverem explícitos no contrato. A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. A Companhia, como arrendatária, aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subiacentes. A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, conforme abaixo: Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo. Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescissão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remanescente se houver uma modificação ou uma mudança no prazo do contrato.

**2.16. Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido quando o valor de um ativo que representa o uso de um ativo é reconhecido e o valor de um passivo que representa o uso de um ativo é reconhecido.

**2.17. Tributação:** As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

**Alíquota**

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços 4% a 18%

IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados 0,5% a 25%

ISS – Imposto sobre Serviços 5%

PIS – Programa de Integração Social 1,65%

COFINS – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social 7,60%

Esses encargos são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado. 2.20. **Imposto de renda e contribuição para a receita:** A Companhia reconhece receitas quando satisfaçõe a obrigação de transferir o bem ou serviço (ativo) prometido ao cliente. O ativo é considerado transferido quando o cliente obtém o controle deste ativo. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receita pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. a) **Vendas de produtos:** A receita é reconhecida de acordo com a observância das seguintes etapas: (i) identificação dos direitos e compromissos do contrato com o cliente; (ii) identificação das obrigações de desempenho contratadas; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço às obrigações de desempenho; e (v) reconhecimento quando (ou na medida em que) as obrigações de desempenho são satisfeitas. As receitas não são reconhecidas se a sua realização for incerta. Mais resumidamente, a receita de venda de produtos é reconhecida quando ocorre a transferência do controle dos produtos para o comprador. b) **Vendas de serviços:** As vendas de serviços a terceiros compreendem basicamente a venda de serviços compartilhados, tal como serviço de condomínio industrial (segurança, tratamento de efluentes, portaria, administração geral), dentro do complexo fabril situado em Paulínia. As vendas de serviços são reconhecidas no exercício em que os serviços são prestados. c) **Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa de juros efetiva.

**2.21. Reconhecimento da receita:** A Companhia reconhece receitas quando satisfaçõe a obrigação de transferir o bem ou serviço (ativo) prometido ao cliente. O ativo é considerado transferido quando o cliente obtém o controle deste ativo. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receita pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. a) **Vendas de produtos:** A receita é reconhecida de acordo com a observância das seguintes etapas: (i) identificação dos direitos e compromissos do contrato com o cliente; (ii) identificação das obrigações de desempenho contratadas; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço às obrigações de desempenho; e (v) reconhecimento quando (ou na medida em que) as obrigações de desempenho são satisfeitas. As receitas não são reconhecidas se a sua realização for incerta. Mais resumidamente, a receita de venda de produtos é reconhecida quando ocorre a transferência do controle dos produtos para o comprador. b) **Vendas de serviços:** As vendas de serviços a terceiros compreendem basicamente a venda de serviços compartilhados, tal como serviço de condomínio industrial (segurança, tratamento de efluentes, portaria, administração geral), dentro do complexo fabril situado em Paulínia. As vendas de serviços são reconhecidas no exercício em que os serviços são prestados. c) **Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa de juros efetiva.

**2.22. CPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro:** A Interpretação (equivalente à interpretação IFRIC 23) trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação daIAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos para o âmbito daIAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos fiscais incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte: Se a entidade considera tratamentos fiscais incertos separadamente; • As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais; • Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto; e • Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias. A Companhia determina se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos fiscais incertos e considera a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A Administração da Companhia aplica julgamento significativo na identificação de incertezas sobre tratamentos de imposto de renda. Considerando que a Companhia atua em um ambiente multinacional complexo, avalia-se a Interpretação teve impacto em suas demonstrações financeiras. Após a adoção da Interpretação, a Administração da Companhia considerou se possuirá posições fiscais incertas, particularmente as relacionadas a preços de transferência. As declarações tributárias da Companhia em diferentes jurisdições incluem deduções relacionadas a preços de transferência e as autoridades fiscais podem questionar esses tratamentos fiscais. A Companhia determinou, com base em seu estudo de conformidade tributária e de preços de transferência, que é provável que seus tratamentos fiscais (incluindo os aplicados às subsidiárias) serão aceitos pelas autoridades fiscais. A Interpretação não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

**2.23. Questões climáticas:** O Grupo Syenso, o qual a Companhia está inserida reconhece que os riscos relacionados às mudanças climáticas, incluindo riscos físicos e riscos de transição, podem impactar seus negócios, operações e demonstrações financeiras. Em linha com a orientação do IASB e as expectativas crescentes dos stakeholders, o grupo avalia os potenciais impactos financeiros de questões climáticas como parte do processo de gestão de riscos e da preparação das demonstrações financeiras. Durante o exercício de 2024, o grupo Syenso realizou uma análise de cenários climáticos com o objetivo de identificar riscos e oportunidades materiais relacionados ao clima. Essa análise abrange riscos de transição, como mudanças regulatórias e de mercado em função da descarbonização da economia, bem como riscos físicos, como eventos climáticos extremos e alterações graduais nas condições ambientais. O estudo foi focado nas unidades operacionais com maior emissão de gases de efeito estufa (escopos 1, 2 e 3), e considerou diferentes horizontes temporais e cenários climáticos, incluindo projeções da International Energy Agency (IEA) e do Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC). Os impactos financeiros potenciais foram avaliados com base em critérios de materialidade, abrangendo efeitos em custos operacionais, cadeias de suprimento, resiliência de ativos físicos e dinâmica de mercado. Não foram identificados efeitos contábeis materiais decorrentes de riscos climáticos que demandassem ajustes ou reclassificações. No entanto, o grupo Syenso continuará monitorando esses aspectos e revisará suas premissas contábeis conforme novas informações se tornem disponíveis ou conforme se alterem as circunstâncias de risco climático e, eventualmente, ajustes serão refletidos nas demonstrações da Companhia, caso aplicável.

**2.24. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024:** A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2024 ou após essa data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

**2.25. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações, mas entende que não deverão ter impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

**Norma**

**Alterações ao CPC 40 (R1)/IFRS 7 – Acordos de financiamento de fornecedores e no CPC 03 (R1)/IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa aprovada**

As alterações àIAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R1) – Demonstração dos Fluxos de Caixa) e àIFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Divulgações) esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. A Companhia não possui este tipo de contrato ativo com seus fornecedores.

**Requerimento**

**Norma**

**IFRS 18: Apresentação e divulgação das demonstrações financeiras**

O item 100 (a) do CPC 06 exige que um vendedor-arrendatário avalie o ativo de direito de uso resultante de uma transação de venda e retro arrendamento na proporção do saldo contábil anterior do ativo que se relaciona com o direito de uso que o vendedor-arrendatário retém. Assim, numa transação de venda e

... continuação

Químicos e Soluções Sustentáveis do Brasil S.A.												
Norma	Requerimento											
IFRS 19: Subsidiárias sem responsabilidade pública	(primary financial statements (PFS) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opциonalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.)											
Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.												
IFRS 19: Subsidiárias sem responsabilidade pública	Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.											
Norma	Requerimento											
Alterações ao CPC 18 (R3) – investimento em controlada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto e a IPC 09 – demonstrações contábeis individuais, demonstrações separadas, demonstrações consolidadas e aplicação do método da equivalência patrimonial	Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica IPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. A IPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-la às alterações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos.											
Alterações ao CPC 02 (R2) – efeitos nas mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade	Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflete as condições do mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos.											
3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas - 3.1. Estimativas e premissas contábeis críticas: A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. Julgamentos: No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração faz os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Estimativas e premissas: As principais premissas relativas ao futuro e outras principais fontes de incerteza nas estimativas na data das demonstrações financeiras, que têm um risco significativo de causar um ajuste material nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício social, estão descritas a seguir. A Companhia baseou suas premissas e estimativas em parâmetros disponíveis quando as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas. No entanto, as circunstâncias existentes e as premissas sobre desenvolvimentos futuros podem mudar devido a alterações de mercado ou circunstâncias que estão além do controle da Companhia. Tais mudanças são refletidas nas premissas quando ocorrem. a) Provisão para perda de crédito esperada: A provisão para perda de crédito esperada é constituída com base em análise individual de contas a receber e é mensurada com base nas expectativas de perdas de crédito esperadas, sendo considerada suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas. b) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos: A Companhia e suas controladoras estão sujeitas ao imposto de renda e contribuição social em várias jurisdições. É requerido um grau importante de julgamento para determinar a provisão para tais impostos. A Companhia e suas controladoras reconhecem impostos diferidos em que a aplicação da norma vigente vem sendo impactada pelas distintas diferenças temporárias dos ativos e passivos. Não obstante, existem determinadas transações e cálculos para os quais a determinação do imposto é incerta durante o curso ordinário dos negócios. A Companhia e suas controladoras tem a política de registrar provisões para prováveis contingências fiscais sobre questões nas quais a legislação permite diferentes interpretações, antecipando, com base nas estimativas, potenciais impostos adicionais. Essas provisões são revisadas à medida que são recebidas as resoluções definitivas das diferentes autoridades fiscais competentes para a inspeção e a arrecadação de tributos, nas quais serão corrigidas, no seu caso, as autuações anteriormente apresentadas. c) Vida útil do ativo imobilizado: A determinação da vida útil do imobilizado tem impacto significativo na determinação do resultado da Companhia à medida que impacta o valor de despesa de depreciação contabilizada. A determinação da vida útil depende de fatores inerentemente incertos, como utilização esperada e níveis de manutenção e desenvolvimento tecnológicos. d) Benefícios de planos de pensão: O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão. A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos privados da alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão. Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na nota explicativa nº 24. Arrendamentos – Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos: A Companhia não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa de incremental sobre empréstimos para mensurar os impactos esperados nas demonstrações financeiras em cenários de alta da taxa de juros em 10% e 20%, conforme abaixo:												
		Controladora – 2024	Consolidado – 2024									
		Nota	Valor contábil	VJR	Custo amortizado	Valor contábil	VJR	Custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	5	41.560	41.560			42.436	42.436					
Contas a receber	6	197.592	–		197.592	197.592	–		197.592			
Instrumentos financeiros derivativos		277	277		–	277	277					
Total ativos financeiros	14	239.429	41.837		197.5923	240.305	42.713		197.592			
Fornecedores	14	167.611	–		167.611	167.611	–		167.611			
Arrendamentos	13	6.590	–		6.590	6.590	–		6.590			
Total passivos financeiros		174.201	–		174.201	174.201	–		174.201			
4.2. Política de gestão de riscos financeiros: A Companhia e suas controladoras possuem e seguem políticas de gerenciamento de risco, que orientam em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessas políticas, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revisados, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade do "hedge" das contrapartes. Os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira. A Administração examina e revisa as informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de riscos. Nas condições da política de gerenciamento de riscos, a Companhia e suas controladoras administram alguns dos riscos por meio da utilização de instrumentos derivativos, que geralmente proibem negociações especulativas e venda a descoberto. a) Risco de mercado: i) Risco com taxa de juros: Decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladoras sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações das taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros, em especial das aplicações financeiras. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladoras monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar as eventuais ações a serem tomadas, as quais são discutidas com o grupo econômico de sua controladora. A exposição à taxa de juros se refere às mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem ativos e passivos da Companhia com vencimento a prazo e juros pré-fixados e/ou indexados pelas taxas CDI ou TJLP. Análise de sensibilidade: Em 31 de dezembro de 2024 a Administração considerou como cenários prováveis para análise de sensibilidade a taxa de CDI de 12,15% a.a. para as operações de aplicações financeiras, 6,20% a.a. para empréstimos e financiamentos e 13,03% a.a. para arrendamentos. A taxa de 12,15% a.a. refere-se à taxa CDI divulgada pelo Banco Central na data-base. A taxa de 6,20% a.a. corresponde à taxa pactuada em contrato de empréstimo vigente. Já a taxa de 13,03% a.a. foi definida com base na cálculo da taxa de desconto estabelecida para o grupo, conforme metodologia adotada e compartilhada pela equipe responsável pelo IFRS 16. A administração da Companhia mensurou os impactos esperados nas demonstrações financeiras em cenários de alta da taxa de juros em 10% e 20%, conforme abaixo:												
		2024	Cenário Base		Alta de 10%	Alta de 20%						
			%	R\$	%	R\$	%	R\$				
Aplicações financeiras	16.161	12,15%	1.964	13,37%	2.160	14,58%	2.356					
Empréstimos e financiamentos	(34.581)	6,20%	(2.144)	6,82%	(2.358)	7,44%	(2.573)					
Arrendamentos	(7.833)	13,03%	(1.021)	14,33%	(1.123)	15,64%	(1.225)					
Total	(26.253)		(1.201)		(1.321)		(1.442)					
ii) Risco com taxa de câmbio: O risco associado decorre da possibilidade da Companhia e suas controladoras incorrerem em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzem valores nominais faturados ou aumentam valores de suas obrigações. A Companhia e suas controladoras têm compromissos de compras, bem como parte da receita de vendas em moeda estrangeira. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia e suas controladoras possuíam ativos e passivos denominados em moeda estrangeira nos montantes descritos a seguir: Exposição ao dólar, euro, franco suíço e libras esterlinas												
		Exposição cambial ativa	2.114	7,74	(28.264)	9,29	(56.572)					
		Controladora e Consolidado										
		Saldo	Cenário I	Cenário II								
		US\$ Taxa	Ganho (Perda)	R\$ Taxa								
		2.114	7,74	3.270	9,29	6.547						
		Exposição cambial líquida	(18.263)	7,74	(24.994)	(50.025)						
		Controladora e Consolidado										
		Saldo	Cenário I	Cenário II								
		EUR Taxa	Ganho (Perda)	R\$ Taxa								
		505	8,05	816	9,65	1.624						
		Exposição cambial líquida	505	8,05	816	9,65						
		Exposição cambial líquida	505	8,05	816	9,65						
		Exposição cambial líquida	505	8,05	816	9,65						
		Exposição cambial líquida	505	8,05	81							

...continuação

Para os saldos de contas a receber e fornecedores com partes relacionadas não há incidência de juros, apenas variações cambiais. Os contratos não estabelecem as datas de vencimento das obrigações. As transações com partes relacionadas são efetuadas em condições acertadas entre as partes. Em 13 de setembro de 2024, a divisão financeira do grupo Syensq S.A. – Treasury Division concedeu à Companhia o montante de R\$30.532 (equivalente a Euro 5.000), para fins de capital de giro, com incidência de juros que são amortizados anualmente. Em 31 de dezembro de 2024 o mútuo com partes relacionadas é como segue:

Instituição financeira	Modalidade	Indexador	Encargos financeiro		Vencimento	2024	2023
			Múltuo	Taxa anual de juros ao ano		34.581	—
Syensq S.A. – Treasury Division				6,20%	13/09/2025	34.581	—

b) Remuneração do pessoal-chave da administração: A remuneração do pessoal-chave da administração totalizou R\$1.726 em 31 de dezembro de 2024 (R\$681 em 2023), como segue:

	Controladora e Consolidado		2024	2023	
	(12 meses)	(6 meses)	2024	2023	
Honorários de diretoria	1.303	656	Imposto de renda e contribuição social	9	4.681
Participação nos lucros (i)	211	—	ICMS a recuperar	6.433	78
Planos de aposentadoria e pensão	212	25	ICMS – CIAP	1.442	1.345
	1.726	681	Reajuste contratual	8	43
			Amortização	(788)	(63)
c) Receitas de vendas com partes relacionadas			Baixa amortização acumulada	—	—
			Saldos em 31 de dezembro de 2024	3.180	19
Empresas ligadas			Outros tributos a recuperar	1.776	119
Solvay Química S.A.	País	Receita de vendas	22.218	5.094	5.094
	Argentina	(12 meses) (6 meses)	Ativo circulante	21.077	8.363
Solvay Specialty Polymers USA LLC	Estados Unidos	115	Ativo não circulante	1.141	—
Cytel de Mexico SA de CV	México	12.240	Total	22.218	8.363
Solvay Specialty Chemicals Asia Pacific Pte. Ltd	Cingapura	2.634	(i) Refere-se a imposto de renda retido na fonte (IRRF) incidente sobre transações de fechamento de câmbio no pagamento de ajustes de preços de transferência com partes relacionadas. O montante de R\$5.230 foi recolhido pela Companhia em 2024 e, será compensado após concluído o pedido de homologação desse crédito fiscal junto à Receita Federal.		
Specialty Operations France S.A.S.	França	3.196	10.227	10. Investimentos – Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia manteve participação direta de 100% do capital social da empresa Especialidades Químicas e Materiais de Performance do Brasil Ltda. (Especialidades), que se dedica a produção comercialização de produtos químicos especializados, focando em desenvolvimento de formulações, fornecimento de materiais de desempenho, inovação, suporte técnico e práticas sustentáveis. Em 2024, a controlada da Companhia, Alaver S.A. (Alaver), sediada no Uruguai, a qual apresentava patrimônio líquido negativo, por questões estratégicas, teve suas operações liquidadas e, consequentemente em 31 de dezembro de 2024, os investimentos dessa controlada foram baixados da rubrica passivo a descontado.	
Syensq (Zhangjiagang) Specialty Chemicals Co Ltd	China	1.230	—	11. Operações financeiras – O resumo das informações financeiras em empresas controladas, é como segue. As informações abaixo foram apresentadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia.	
Solvay USA LLC	Estados Unidos	10.451	2.913	12. Compras com partes relacionadas	
		29.956	11.335	Compras	
			2024 (12 meses) (6 meses)	2023	
Empresas ligadas	País				
Syensq SA	Bélgica	(32)			
Solvay Química S.A.	Argentina	(497)			
Solvay France	França	(9)			
Solvay Specialty Polymers USA LLC	Estados Unidos	(12.213)			
Solvay Specialty Polymers Italy S.p.A.	Itália	(7.408)			
Solvay Specialties India Private Limited	Índia	—			
Solvay Specialty Polymers Belgium SA/NV	Bélgica	(402)			
Rhodia Specialty Chemicals India Private Limited	Índia	(489)			
Solvay Specialty Chemicals Asia Pacific Pte. Ltd	Cingapura	(1.639)			
Solvay Solutions UK Ltd	Grã-Bretanha	(1.035)			
Solvay Solutions Nederland B.V.	Países Baixos	(25.785)			
Energy Solutions (US) LLC Oldbury Energy Solutions (UK) Ltd	Estados Unidos	(12.800)			
Specialty Operations France S.A.S.	Frances	(36.247)			
Solvay (Zhangjiagang) Specialty Chemicals Co Ltd	China	(150.798)			
Zhuhai Solvay Specialty Chemicals Co Ltd	China	(68.602)			
Cytel Industries Inc.	Estados Unidos	(7.304)			
Solvay USA Inc.	Estados Unidos	(44.895)			
Cytel de Mexico S.A. de C.V.	México	(160)			
Solvay Hengchang Zhangjiagang Spec Chem	China	(2.572)			
Solvay (Zhenjiang) Chemicals Co Ltd	China	(11.337)			
Solvay Solutions Italia SpA	Itália	(12.588)			
9. Tributos a recuperar	Controladora e Consolidado	2024	2023		
PIS/COFINS (i)		8.949	1.911		

b) Remuneração do pessoal-chave da administração: A remuneração do pessoal-chave da administração totalizou R\$1.726 em 31 de dezembro de 2024 (R\$681 em 2023), como segue:

	Controladora e Consolidado		2024	2023	
	(12 meses)	(6 meses)	2024	2023	
Honorários de diretoria	1.303	656	Imposto de renda e contribuição social	9	4.681
Participação nos lucros (i)	211	—	ICMS a recuperar	6.433	78
Planos de aposentadoria e pensão	212	25	Reajuste contratual	8	43
	1.726	681	Amortização	(788)	(63)
c) Receitas de vendas com partes relacionadas			Baixa amortização acumulada	—	—
			Saldos em 31 de dezembro de 2024	3.180	19
Empresas ligadas	País	Receita de vendas	22.218	5.094	5.094
	Argentina	(12 meses) (6 meses)	Ativo circulante	21.077	8.363
Solvay Química S.A.	Estados Unidos	115	Ativo não circulante	1.141	—
Cytel de Mexico SA de CV	México	12.240	Total	22.218	8.363
Solvay Specialty Chemicals Asia Pacific Pte. Ltd	Cingapura	2.634	(i) Refere-se a imposto de renda retido na fonte (IRRF) incidente sobre transações de fechamento de câmbio no pagamento de ajustes de preços de transferência com partes relacionadas. O montante de R\$5.230 foi recolhido pela Companhia em 2024 e, será compensado após concluído o pedido de homologação desse crédito fiscal junto à Receita Federal.		
Specialty Operations France S.A.S.	França	3.196	10.227	10. Investimentos – Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia manteve participação direta de 100% do capital social da empresa Especialidades Químicas e Materiais de Performance do Brasil Ltda. (Especialidades), que se dedica a produção comercialização de produtos químicos especializados, focando em desenvolvimento de formulações, fornecimento de materiais de desempenho, inovação, suporte técnico e práticas sustentáveis. Em 2024, a controlada da Companhia, Alaver S.A. (Alaver), sediada no Uruguai, a qual apresentava patrimônio líquido negativo, por questões estratégicas, teve suas operações liquidadas e, consequentemente em 31 de dezembro de 2024, os investimentos dessa controlada foram baixados da rubrica passivo a descontado.	
Syensq (Zhangjiagang) Specialty Chemicals Co Ltd	China	1.230	—	11. Operações financeiras – O resumo das informações financeiras dos investimentos em empresas controladas, é como segue. As informações abaixo foram apresentadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia.	
Solvay USA LLC	Estados Unidos	10.451	2.913	12. Compras com partes relacionadas	
		29.956	11.335	Compras	
			2024 (12 meses) (6 meses)	2023	
Empresas ligadas	País				
Syensq SA	Bélgica	(32)			
Solvay Química S.A.	Argentina	(497)			
Solvay France	França	(9)			
Solvay Specialty Polymers USA LLC	Estados Unidos	(12.213)			
Solvay Specialty Polymers Italy S.p.A.	Itália	(7.408)			
Solvay Specialties India Private Limited	Índia	—			
Solvay Specialty Polymers Belgium SA/NV	Bélgica	(402)			
Rhodia Specialty Chemicals India Private Limited	Índia	(489)			
Solvay Specialty Chemicals Asia Pacific Pte. Ltd	Cingapura	(1.639)			
Solvay Solutions UK Ltd	Grã-Bretanha	(1.035)			
Solvay Solutions Nederland B.V.	Países Baixos	(25.785)			
Energy Solutions (US) LLC Oldbury Energy Solutions (UK) Ltd	Estados Unidos	(12.800)			
Specialty Operations France S.A.S.	Frances	(36.247)			
Solvay (Zhangjiagang) Specialty Chemicals Co Ltd	China	(150.798)			
Zhuhai Solvay Specialty Chemicals Co Ltd	China	(68.602)			
Cytel Industries Inc.	Estados Unidos	(7.304)			
Solvay USA Inc.	Estados Unidos	(44.895)			
Cytel de Mexico S.A. de C.V.	México	(160)			
Solvay Hengchang Zhangjiagang Spec Chem	China	(2.572)			
Solvay (Zhenjiang) Chemicals Co Ltd	China	(11.337)			
Solvay Solutions Italia SpA	Itália	(12.588)			
9. Tributos a recuperar	Controladora e Consolidado	2024	2023		
PIS/COFINS (i)		8.949	1.911		

b) Remuneração do pessoal-chave da administração: A remuneração do pessoal-chave da administração totalizou R\$1.726 em 31 de dezembro de 2024 (R\$681 em 2023), como segue:

	Controladora e Consolidado		2024	2023	
	(12 meses)	(6 meses)	2024	2023	
Honorários de diretoria	1.303	656	Imposto de renda e contribuição social	9	4.681
Participação nos lucros (i)	211	—	ICMS a recuperar	6.433	78
Planos de aposentadoria e pensão	212	25	Reajuste contratual	8	43
	1.726	681	Amortização	(788)	(63)
c) Receitas de vendas com partes relacionadas			Baixa amortização acumulada	—	—
			Saldos em 31 de dezembro de 2024	3.180	19
Empresas ligadas	País	Receita de vendas	22.218	5.094	5.094
	Argentina	(12 meses) (6 meses)	Ativo circulante	21.077	8.363
Solvay Química S.A.	Estados Unidos	115	Ativo não circulante	1.141	—
Cytel de Mexico SA de CV	México	12.240	Total	22.218	8.363
Solvay Specialty Chemicals Asia Pacific Pte. Ltd	Cingapura	2.634	(i) Refere-se a imposto de renda retido na fonte (IRRF) incidente sobre transações de fechamento de câmbio no pagamento de ajustes de preços de transferência com partes relacionadas. O montante de R\$5.230 foi recolhido pela Companhia em 2024 e, será compensado após concluído o pedido de homologação desse crédito fiscal junto à Receita Federal.		
Specialty Operations France S.A.S.	França	3.196	10.227	10. Investimentos – Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia mante	

...continuação

Químicos e Soluções Sustentáveis do Brasil S.A.			
Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado e Controladora
2024	2023	2024	2023
(12 meses)	(6 meses)	(12 meses)	(6 meses)
Despesa a pagar com veículos	242	267	242
Amortização ágio sobre investimentos	2.597	1.299	2.597
Instrumentos financeiros	1.340	(242)	1.340
Provisão de reestruturação	141	306	141
Provisão de fornecedores	(370)	(250)	(370)
Estoque retratamento	(523)	1.167	(523)
Plano de pensão	(1.182)	(132)	(1.182)
Outras	(374)	(38)	(374)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(24.794)	(25.659)	(24.794)
Corrente	(34.384)	(28.371)	(34.384)
Diferido	9.590	2.712	9.590
Alíquota efetiva	29,01%	42,35%	40,23%
b) Imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e contribuição social diferido é registrado para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis. A constituição dos saldos de imposto diferido considera a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros nos quais essas diferenças poderão ser compensadas. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia apresenta saldo líquido de passivo fiscal diferido, substancialmente, decorrente da amortização fiscal do ágio sobre investimentos oriundo, conforme mencionado na nota explicativa nº 12.a, da incorporação parcial da Rhodia Brasil S.A., e conforme permitido pela legislação fiscal vigente. Para fins fiscais, esse ágio está sendo amortizado, gerando uma diferença temporária tributável entre o lucro contábil e o lucro fiscal. Dessa forma, foi reconhecido um passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a diferença temporária entre a base fiscal e a base contábil do investimento. O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem como segue:	(25.659)	(24.794)	(25.659)
Ativo de imposto diferido	7.461	-	7.461
Prejuízo fiscal - 4º trimestre	1.137	613	1.137
Provisão de estoques	1.200	1.530	1.200
Provisão para valorização de estoques	2.503	1.195	2.503
Provisão benefício a empregados IAS19	385	292	385
Provisão previdência privada	-	45	-
Provisão desconto clientes	165	307	165
Provisão de reestruturação	508	267	508
IFRS16			
<b>24. Plano de aposentadoria e pensão</b>			
Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
2024	2023	2024	2023
Benefício médico pós aposentadoria/Seguro de vida	7.362	3.516	7.362
Pensões/Aposentadoria por invalidez	1.132	860	1.132
Jubilados	1.016	800	1.016
	9.510	5.176	9.510
<b>Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas</b>			
Aos Administradores e Acionistas da Químicos e Soluções Sustentáveis do Brasil S.A. São Paulo-SP	R\$ 13.393 mil (líquido dos impostos), respectivamente, em 31 de dezembro de 2023. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladoras, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.	Opinião com ressalva: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Químicos e Soluções Sustentáveis do Brasil S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as notas explicativas, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião com ressalva: Conforme apresentado nas notas explicativas 6 e 14, em 31 de dezembro de 2023, a Companhia contabilizou ajuste a valor presente contra o resultado do exercício anterior apresentado a menor em R\$ 13.393 mil (o lucro líquido do exercício anterior apresentado a menor em R\$ 13.393 mil); e os saldos de contas a receber, fornecedores e patrimônio líquido apresentados a menor em R\$ 31.460 mil, R\$ 11.167 mil e respectivamente, no resultado do exercício findo naquela data, em desacordo com as premissas requeridas pelo Pronunciamento Técnico CPC 12 – Ajuste a Valor Presente. Em 2024, a Companhia reverteu esses montantes de ajustes a valor presente contra o resultado do exercício corrente. Consequentemente, o lucro líquido do exercício corrente está apresentado a maior em R\$ 13.393 mil (o lucro líquido do exercício anterior apresentado a menor em R\$ 13.393 mil); e os saldos de contas a receber, fornecedores e patrimônio líquido apresentados a menor em R\$ 31.460 mil, R\$ 11.167 mil e respectivamente, no resultado do exercício findo naquela data, em desacordo com as premissas requeridas pelo Pronunciamento Técnico CPC 12 – Ajuste a Valor Presente. Em 2024, a Companhia reverteu esses montantes de ajustes a valor presente contra o resultado do exercício corrente. Consequentemente, o lucro líquido do exercício corrente está apresentado a maior em R\$ 13.393 mil (o lucro líquido do exercício anterior apresentado a menor em R\$ 13.393 mil); e os saldos de contas a receber, fornecedores e patrimônio líquido apresentados a menor em R\$ 31.460 mil, R\$ 11.167 mil e respectivamente, no resultado do exercício findo naquela data, em desacordo com as premissas requeridas pelo Pronunciamento Técnico CPC 12 – Ajuste a Valor Presente. Em 2024, a Companhia reverteu esses montantes de ajustes a valor presente contra o resultado do exercício corrente. Consequentemente, o lucro líquido do exercício corrente está apresentado a maior em R\$ 13.393 mil (o lucro líquido do exercício anterior apresentado a menor em R\$ 13.393 mil); e os saldos de contas a receber, fornecedores e patrimônio líquido apresentados a menor em R\$ 31.460 mil, R\$ 11.167 mil e respectivamente, no resultado do exercício findo naquela data, em desacordo com as premissas requeridas pelo Pronunciamento Técnico CPC 12 – Ajuste a Valor Presente. Em 2024, a Companhia reverteu esses montantes de ajustes a valor presente contra o resultado do exercício corrente. Consequentemente, o lucro líquido do exercício corrente está apresentado a maior em R\$ 13.393 mil (o lucro líquido do exercício anterior apresentado a menor em R\$ 13.393 mil); e os saldos de contas a receber, fornecedores e patrimônio líquido apresentados a menor em R\$ 31.460 mil, R\$ 11.167 mil e respectivamente, no resultado do exercício findo naquela data, em desacordo com as premissas requeridas pelo Pronunciamento Técnico CPC 12 – Ajuste a Valor Presente. Em 2024, a Companhia reverteu esses montantes de ajustes a valor presente contra o resultado do exercício corrente. Consequentemente, o lucro líquido do exercício corrente está apresentado a maior em R\$ 13.393 mil (o lucro líquido do exercício anterior apresentado a menor em R\$ 13.393 mil); e os saldos de contas a receber, fornecedores e patrimônio líquido apresentados a menor em R\$ 31.460 mil, R\$ 11.167 mil e respectivamente, no resultado do exercício findo naquela data, em desacordo com as premissas requeridas pelo Pronunciamento Técnico CPC 12 – Ajuste a Valor Presente. Em 2024, a Companhia reverteu esses montantes de ajustes a valor presente contra o resultado do exercício corrente. Consequentemente, o lucro líquido do exercício corrente está apresentado a maior em R\$ 13.393 mil (o lucro líquido do exercício anterior apresentado a menor em R\$ 13.393 mil); e os saldos de contas a receber, fornecedores e patrimônio líquido apresentados a menor em R\$ 31.460 mil, R\$ 11.167 mil e respectivamente, no resultado do exercício findo naquela data, em desacordo com as premissas requeridas pelo Pronunciamento Técnico CPC 12 – Ajuste a Valor Presente. Em 2024, a Companhia reverteu esses montantes de ajustes a valor presente contra o resultado do exercício corrente. Consequentemente, o lucro líquido do exercício corrente está apresentado a maior em R\$ 13.393 mil (o lucro líquido do exercício anterior apresentado a menor em R\$ 13.393 mil); e os saldos de contas a receber, fornecedores e patrimônio líquido apresentados a menor em R\$ 31.460 mil, R\$ 11.167 mil e respectivamente, no resultado do exercício findo naquela data, em desacordo com as premissas requeridas pelo Pronunciamento Técnico CPC 12 – Ajuste a Valor Presente. Em 2024, a Companhia reverteu esses montantes de ajustes a valor presente contra o resultado do exercício corrente. Consequentemente, o lucro líquido do exercício corrente está apresentado a maior em R\$ 13.393 mil (o lucro líquido do exercício anterior apresentado a menor em R\$ 13.393 mil); e os saldos de contas a receber, fornecedores e patrimônio líquido apresentados a menor em R\$ 31.460 mil, R\$ 11.167 mil e respectivamente, no resultado do exercício findo naquela data, em desacordo com as premissas requeridas pelo Pronunciamento Técnico CPC 12 – Ajuste a Valor Presente. Em 2024, a Companhia reverteu esses montantes de ajustes a valor presente contra o resultado do exercício corrente. Consequentemente, o lucro líquido do exercício corrente está apresentado a maior em R\$ 13.393 mil (o lucro líquido do exercício anterior apresentado a menor em R\$ 13.393 mil); e os saldos de contas a receber, fornecedores e patrimônio líquido apresentados a menor em R\$ 31.460 mil, R\$ 11.167 mil e respectivamente, no resultado do exercício findo naquela data, em desacordo com as premissas requeridas pelo Pronunciamento Técnico CPC 12 – Ajuste a Valor Presente. Em 2024, a Companhia reverteu esses montantes de ajustes a valor presente contra o resultado do exercício corrente. Consequentemente, o lucro líquido do exercício corrente está apresentado a maior em R\$ 13.393 mil (o lucro líquido do exercício anterior apresentado a menor em R\$ 13.393 mil); e os saldos de contas a receber, fornecedores e patrimônio líquido apresentados a menor em R\$ 31.460 mil, R\$ 11.167 mil e respectivamente, no resultado do exercício findo naquela data, em desacordo com as premissas requeridas pelo Pronunciamento Técnico CPC 12 – Ajuste a Valor Presente. Em 2024, a Companhia reverteu esses montantes de ajustes a valor presente contra o resultado do exercício corrente. Consequentemente, o lucro líquido do exercício corrente está apresentado a maior em R\$ 13.393 mil (o lucro líquido do exercício anterior apresentado a menor em R\$ 13.393 mil); e os saldos de contas a receber, fornecedores e patrimônio líquido apresentados a menor em R\$ 31.460 mil, R\$ 11.167 mil e respectivamente, no resultado do exercício findo naquela data, em desacordo com as premissas requeridas pelo Pronunciamento Técnico CPC 12 – Ajuste a Valor Presente. Em 2024, a Companhia reverteu esses montantes de ajustes a valor presente contra o resultado do exercício corrente. Consequentemente, o lucro líquido do exercício corrente está apresentado a maior em R\$ 13.393 mil (o lucro líquido do exercício anterior apresentado a menor em R\$ 13.393 mil); e os saldos de contas a receber, fornecedores e patrimônio líquido apresentados a menor em R\$ 31.460 mil, R\$ 11.167 mil e respectivamente, no resultado do exercício findo naquela data, em desacordo com as premissas requeridas pelo Pronunciamento Técnico CPC 12 – Ajuste a Valor Presente. Em 2024, a Companhia reverteu esses montantes de ajustes a valor presente contra o resultado do exercício corrente. Consequentemente, o lucro líquido do exercício corrente está apresentado a maior em R\$ 13.393 mil (o lucro líquido do exercício anterior apresentado a menor em R\$ 13.393 mil); e os saldos de contas a receber, fornecedores e patrimônio líquido apresentados a menor em R\$ 31.460 mil, R\$ 11.167 mil e respectivamente, no resultado do exercício findo naquela data, em desacordo com as premissas requeridas pelo Pronunciamento Técnico CPC 12 – Ajuste a Valor Presente. Em 2024, a Companhia reverteu esses montantes de ajustes a valor presente contra o resultado do exercício corrente. Consequentemente, o lucro líquido do exercício corrente está apresentado a maior em R\$ 13.393 mil (o lucro líquido do exercício anterior apresentado a menor em R\$ 13.393 mil); e os saldos de contas a receber, fornecedores e patrimônio líquido apresentados a menor em R\$ 31.460 mil, R\$ 11.167 mil e respectivamente, no resultado do exercício findo naquela data, em desacordo com as premissas requeridas pelo Pronunciamento Técnico CPC 12 – Ajuste a Valor Presente. Em 2024, a Companhia reverteu esses montantes de ajustes a valor presente contra o resultado do exercício corrente. Consequentemente, o lucro líquido do exercício corrente está apresentado a maior em R\$ 13.393 mil (o lucro líquido do exercício anterior apresentado a menor em R\$ 13.393 mil); e os saldos de contas a receber, fornecedores e patrimônio líquido apresentados a menor em R\$ 31.460 mil, R\$ 11.167 mil e respectivamente, no resultado do exercício findo naquela data, em desacordo com as premissas requeridas pelo Pronunciamento Técnico CPC 12 – Ajuste a Valor Presente. Em 2024, a Companhia reverteu esses montantes de ajustes a valor presente contra o resultado do exercício corrente. Consequentemente, o lucro líquido do exercício corrente está apresentado a maior em R\$ 13.393 mil (o lucro líquido do exercício anterior apresentado a menor em R\$ 13.393 mil); e os saldos de contas a receber, fornecedores e patrimônio líquido apresentados a menor em R\$ 31.460 mil, R\$ 11.167 mil e respectivamente, no resultado do exercício findo naquela data, em desacordo com as premissas requeridas pelo Pronunciamento Técnico CPC 12 – Ajuste a Valor Presente. Em 2024, a Companhia reverteu esses montantes de ajustes a valor presente contra o resultado do exercício corrente. Consequentemente, o lucro líquido do exercício corrente está apresentado a maior em R\$ 13.393 mil (o lucro líquido do exercício anterior apresentado a menor em R\$ 13.393 mil); e os saldos de contas a receber, fornecedores e patrimônio líquido apresentados a menor em R\$ 31.460 mil, R\$ 11.167 mil e respectivamente, no resultado do exercício findo naquela data, em desacordo com as premissas requeridas pelo Pronunciamento Técnico CPC 12 – Ajuste a Valor Presente. Em 2024, a Companhia reverteu esses montantes de ajustes a valor presente contra o resultado do exercício corrente. Consequentemente, o lucro líquido do exercício corrente está apresentado a maior em R\$ 13.393 mil (o lucro líquido do exercício anterior apresentado a menor em R\$ 13.393 mil); e os saldos de contas a receber, fornecedores e patrimônio líquido apresentados a menor em R\$ 31.460 mil, R\$ 11.167 mil e respectivamente, no resultado do exercício findo naquela data, em desacordo com as premissas requeridas pelo Pronunciamento Técnico CPC 12 – Ajuste a Valor Presente. Em 2024, a Companhia reverteu esses montantes de ajustes a valor presente contra o resultado do exercício corrente. Consequentemente, o lucro líquido do exercício corrente está apresentado a maior em R\$ 13.393 mil (o lucro líquido do exercício anterior apresentado a menor em R\$ 13.393 mil); e os saldos de contas a receber, fornecedores e patrimônio líquido apresentados a menor em R\$ 31.460 mil, R\$ 11.167 mil e respectivamente, no resultado do exercício findo naquela data, em desacordo com as premissas requeridas pelo Pronunciamento Técnico CPC 12 – Ajuste a Valor Presente. Em 2024, a Companhia reverteu esses montantes de ajustes a valor presente contra o resultado do exercício corrente. Consequentemente, o lucro líquido do exercício corrente está apresentado a maior em R\$ 13.393 mil (o lucro líquido do exercício anterior apresentado a menor em R\$ 13.393 mil); e os saldos de contas a receber, fornecedores e patrimônio líquido apresentados a menor em R\$ 31.460 mil, R\$ 11.167 mil e respectivamente, no resultado do exercício findo naquela data, em desacordo com as premissas requeridas pelo Pronunciamento Técnico CPC 12 – Ajuste a Valor Presente. Em 2024, a Companhia reverteu esses montantes de ajustes a valor presente contra o resultado do exercício corrente. Consequentemente, o lucro líquido do exercício corrente está apresentado a maior em R\$ 13.393 mil (o lucro líquido do exercício anterior apresentado a menor em R\$ 13.393 mil); e os saldos de contas a receber, fornecedores e patrimônio líquido apresentados a menor em R\$ 31.460 mil, R\$ 11.167 mil e respectivamente, no resultado do exercício findo naquela data, em desacordo com as premissas requeridas pelo Pronunciamento Técnico CPC 12 – Ajuste a Valor Presente. Em 2024, a Companhia reverteu esses montantes de ajustes a valor presente contra o resultado do exercício corrente. Consequentemente, o lucro líquido do exercício corrente está apresentado a maior em R\$ 13.393 mil (o lucro líquido do exercício anterior apresentado a menor em R\$ 13.393 mil); e os saldos de contas a receber, fornecedores e patrimônio líquido apresentados a menor em R\$ 31.460 mil, R\$ 11.167 mil e respectivamente, no resultado do exercício findo naquela data, em desacordo com as premissas requeridas pelo Pronunciamento Técnico CPC 12 – Ajuste a Valor Presente. Em 2024, a Companhia reverteu esses montantes de ajustes a valor presente contra o resultado do exercício corrente. Consequentemente, o lucro líquido do exercício corrente está apresentado a maior em R\$ 13.393 mil (o lucro líquido do exercício anterior apresentado a menor em R\$ 13.393 mil); e os saldos de contas a receber, fornecedores e patrimônio líquido apresentados a menor em R\$ 31.460 mil, R\$ 11.167 mil e respectivamente, no resultado do exercício findo naquela data, em desacordo com as premissas requeridas pelo Pronunciamento Técnico CPC 12 – Ajuste a Valor Presente. Em 2024, a Companhia reverteu esses montantes de ajustes a valor presente contra o resultado do exercício corrente. Consequentemente, o lucro líquido do exercício corrente está apresentado a maior em R\$ 13.393 mil (o lucro líquido do exercício anterior apresentado a menor em R\$ 13.393 mil); e os saldos de contas a receber, fornecedores e patrimônio líquido apresentados a menor em R\$ 31.460 mil, R\$ 11.167 mil e respectivamente, no resultado do exercício findo naquela data, em desacordo com as premissas requeridas pelo Pronunciamento Técnico CPC 12 – Ajuste a Valor Presente. Em 2024, a Companhia reverteu esses montantes de ajustes a valor presente contra o resultado do exercício corrente. Consequentemente, o lucro líquido do exercício corrente está apresentado a maior em R\$ 13.393 mil (o lucro líquido do exercício anterior apresentado a menor em R\$ 13.393 mil); e os saldos de contas a receber, fornecedores e patrimônio líquido apresentados a menor em R\$ 31.460 mil, R\$ 11.167 mil e respectivamente, no resultado do exercício findo naquela data, em desacordo com as premissas requeridas pelo Pronunciamento Técnico CPC 12 – Ajuste a Valor Presente. Em 2024, a Companhia reverteu esses montantes de ajustes a valor presente contra o resultado do exercício corrente. Consequentemente, o lucro líquido do exercício corrente está apresentado a maior em R\$ 13.393 mil (o lucro líquido do exercício anterior apresentado a menor em R\$ 13.393 mil); e os saldos de contas a receber, fornecedores e patrimônio líquido apresentados a menor em R\$ 31.460 mil, R\$ 11.167 mil e respectivamente, no resultado do exercício findo naquela data, em desacordo com as premissas requeridas pelo Pronunciamento Técnico CPC 12 – Ajuste a Valor Presente. Em 2024, a Companhia reverteu esses montantes de ajustes a valor presente contra o resultado do exercício corrente. Consequentemente, o lucro líquido do exercício corrente está apresentado a maior em R\$ 13.393 mil (o lucro	

**TEC LAB Medicina Diagnóstica S/A**

CNPJ/MF nº 51.131.969/0001-32 – NIRE 35.300.319.354

**Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de janeiro de 2025**

Aos vinte e dois dias do mês de janeiro de 2025 às 10:00h na sede social da companhia localizada na Avenida Lucas Nogueira Garcez nº 929, Jardim do Mar, São Bernardo do Campo-SP, CEP 09750-670, reuniram-se em Assembleia Geral Extraordinária os acionistas da empresa **TEC LAB Medicina Diagnóstica S/A**. Pelas assinaturas lançadas no Livro Registro de Presença de Acionistas, verificou-se a presença de acionistas representando a totalidade do Capital Social, propiciando funcionamento da Assembleia Geral Extraordinária independentemente de convocação, ex vi do disposto no § 4º do artigo 133 da Lei nº 6.404/76, sendo então aclamado para presidir os trabalhos o Sr. Luiz Carlos de Angelis Junior, qual indicou a mim Sr. Eduardo Ferrari, para secretário. Aberta a sessão, expôs o presidente que a Assembleia objetivava deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1) Alteração de Atividade da Matriz; 2) Consolidação do Estatuto Social em conformidade com o deliberado em Assembleia Geral Extraordinária, ocorrida nesta data; 3) Outros assuntos de interesses da sociedade. Iniciados os trabalhos: 1) Por unanimidade dos presentes foi aprovada a alteração do objeto social das atividades da matriz sob CNPJ/MF sob nº 51.131.969/0001-32 situada a Avenida Lucas Nogueira Garcez nº 929, Jardim do Mar, CEP 09750-670, São Bernardo do Campo-SP, Estado de São Paulo, permanecendo a atividade principal e alterado a atividade secundária, passando de **51.131.969/0001-32 – NIRE 35.300.319.354** Endereço: Avenida Lucas Nogueira Garcez, nº 929, Jardim do Mar – São Bernardo do Campo-SP, CEP 09750-670. Tecnolab: 86.40-202 Laboratórios clínicos; 86.30-5-02 Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares; 86.40-2-01 Laboratórios de anatomia patológica e citológica; 86.40-2-04 Serviços de tomografia; 86.40-2-05 Serviços de diagnóstico por imagem com uso de radiação ionizante, exceto tomografia; 86.40-2-06 Serviços de ressonância magnética; 86.40-2-07 Serviços de diagnóstico por imagem sem uso de radiação ionizante, exceto ressonância magnética; 86.40-2-08 Serviços de diagnóstico por registro gráfico – ECG, EEG e outros exames análogos; 86.40-2-09 Serviços de diagnóstico por métodos ópticos – endoscopia e outros exames análogos; 86.40-2-99 Atividades de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica não especificadas anteriormente. Para: **51.131.969/0001-32 – NIRE 35.300.319.354** Endereço: Avenida Lucas Nogueira Garcez, nº 929, Jardim do Mar – São Bernardo do Campo-SP, CEP 09750-670. Tecnolab: 86.40-2-02 Laboratórios clínicos; 86.30-5-02 Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares; 86.30-5-06 Serviços de vacinação e imunização humana; 86.40-2-01 Laboratórios de anatomia patológica e citológica; 86.40-2-05 Serviços de diagnóstico por imagem com uso de radiação ionizante, exceto tomografia; 86.40-2-06 Serviços de ressonância magnética; 86.40-2-07 Serviços de diagnóstico por registro gráfico – ECG, EEG e outros exames análogos; 86.40-2-09 Serviços de diagnóstico por métodos ópticos – endoscopia e outros exames análogos; 86.40-2-99 Atividades de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica não especificadas anteriormente. 2) Consolidação do Estatuto Social. **Estatuto Social TEC LAB Medicina Diagnóstica S/A. Capítulo I – Da Denominação, Sede, Fuso, Objeto e Prazo.** Artigo Primeiro. Sob a denominação social de **TEC LAB Medicina Diagnóstica S/A**, também conhecida pelos nomes fantasia por Tecnolab Medicina Diagnóstica, Tecnolab Análises Clínicas e ainda **Tecnolab** fica constituída uma Sociedade Anônima, que se regerá pelo disposto neste Estatuto e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis. Artigo Segundo. A Companhia tem sua sede e foro na cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, na Avenida Lucas Nogueira Garcez nº 929, Jardim do Mar, CEP 09750-670, podendo, a critério da diretoria, abrir e encerrar estabelecimentos, sucursais, filiais, escritórios, depósitos, agências, postos de serviços ou subsidiárias em qualquer parte do território nacional ou estrangeiro e associar-se com terceiros, pessoas físicas ou jurídicas. Parágrafo Primeiro. A Companhia desenvolve as atividades administrativas, análises clínicas, provas biológicas, atividades afins, diagnóstico e terapia. Parágrafo Segundo. A Companhia possui as seguintes unidades sede e filiais, com respectivos Cadastros Nacionais de Pessoas Jurídicas e endereços: **51.131.969/0001-32 – NIRE 35.300.319.354** Endereço: Avenida Lucas Nogueira Garcez, nº 929, Jardim do Mar – São Bernardo do Campo-SP, CEP 09750-670. Tecnolab: 86.40-2-02 Laboratórios clínicos; 86.30-5-02 Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares; 86.30-5-06 Serviços de vacinação e imunização humana; 86.40-2-01 Laboratórios de anatomia patológica e citológica; 86.40-2-04 Serviços de tomografia; 86.40-2-05 Serviços de diagnóstico por imagem com uso de radiação ionizante, exceto tomografia; 86.40-2-06 Serviços de ressonância magnética; 86.40-2-07 Serviços de diagnóstico por registro gráfico – ECG, EEG e outros exames análogos; 86.40-2-09 Serviços de diagnóstico por métodos ópticos – endoscopia e outros exames análogos; 86.40-2-99 Atividades de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica não especificadas anteriormente. **51.131.969/0002-13 – NIRE 35.902.878.319** Endereço: Rua Caucaso nº 809, Parque Novo Oratório – Santo André-SP, CEP 09260-010. Tecnolab Unidade X: 86.40-2-02 Laboratórios clínicos; 86.40-2-05 Serviços de diagnóstico por imagem com uso de radiação ionizante, exceto tomografia; 86.40-2-06 Serviços de ressonância magnética; 86.40-2-07 Serviços de diagnóstico por imagem sem uso de radiação ionizante, exceto ressonância magnética. **51.131.969/0003-02 – NIRE 35.902.878.327**. Endereço: Avenida Francisco Prestes Maia nº 121, Centro – São Bernardo do Campo-SP, CEP 09770-000. Tecnolab Unidade II: 86.40-2-02 Laboratórios clínicos; 86.30-5-02 Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares; 86.40-2-05 Serviços de diagnóstico por imagem com uso de radiação ionizante, exceto tomografia; 86.40-2-06 Serviços de diagnóstico por imagem sem uso de radiação ionizante, exceto ressonância magnética; 86.40-2-07 Serviços de diagnóstico por registro gráfico – ECG, EEG e outros exames análogos; 86.40-2-09 Serviços de diagnóstico por métodos ópticos – endoscopia e outros exames análogos; 86.40-2-99 Atividades de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica não especificadas anteriormente. **51.131.969/0004-05 – NIRE 35.902.878.335** Endereço: Rua Regente Feijó nº 232, Sala Administrativa, Vila Conceição – Diadema-SP, CEP 09910-770. Tecnolab Unidade III: 86.40-2-02 Laboratórios clínicos; 82-11-3-00 Serviços combinados de escritório e apoio administrativo. **51.131.969/0005-66 – NIRE 35.902.878.343** Endereço: Rua Stella Bruna Cecchi Nardelli nº 257, Centro – Riopele Pires-SP, CEP 09400-320. Tecnolab Unidade IV: 86.40-2-02 Laboratórios clínicos. **51.131.969/0006-47 – NIRE 35.902.878.351**. Endereço: Rua das Bandeiras nº 387, Bairro Jardim – Santo André-SP, CEP 09090-780. Tecnolab Unidade V: 86.40-2-02 Laboratórios clínicos; **51.131.969/0007-28 – NIRE 35.902.878.360**. Endereço: Rua Manoel Pedro Júnior nº 38, Centro – Mauá-SP, CEP 09310-720. Tecnolab Unidade VI: 86.40-2-02 Laboratórios clínicos; 86.30-5-02 Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares; 86.40-2-05 Serviços de diagnóstico por imagem com uso de radiação ionizante, exceto tomografia; 86.40-2-06 Serviços de diagnóstico por imagem sem uso de radiação ionizante, exceto ressonância magnética. **51.131.969/0009-90 – NIRE 35.902.878.386**. Endereço: Rua Walter Carlos Zanini nº 433, Complemento Fundos 443, Bairro Assunção – São Bernardo do Campo-SP, CEP 09810-280. Tecnolab Unidade VIII: 86.40-2-02 Laboratórios clínicos; 86.30-5-02 Atividade médica ambulatorial com recurso para realização de exames complementares; 86.40-2-05 Serviços de diagnóstico por imagem com uso de radiação ionizante, exceto tomografia; 86.40-2-06 Serviços de ressonância magnética; 86.40-2-07 Serviços de diagnóstico por registro gráfico – ECG, EEG e outros exames análogos. **51.131.969/0009-08 – NIRE 35.902.878.378**. Endereço: Avenida Senador Vergueiro nº 4070, Rudge Ramos – São Bernardo do Campo-SP, CEP 09603-000. Tecnolab Unidade VII: 86.40-2-02 Laboratórios clínicos; 86.40-2-07 Serviços de diagnóstico por imagem com uso de radiação ionizante, exceto ressonância magnética. **51.131.969/0009-09 – NIRE 35.902.878.387**. Endereço: Rua Walter Carlos Zanini nº 433, Complemento Fundos 443, Bairro Assunção – São Bernardo do Campo-SP, CEP 09810-280. Tecnolab Unidade VIII: 86.40-2-02 Laboratórios clínicos; 86.30-5-02 Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares; 86.40-2-05 Serviços de diagnóstico por imagem com uso de radiação ionizante, exceto tomografia; 86.40-2-06 Serviços de ressonância magnética; 86.40-2-07 Serviços de diagnóstico por registro gráfico – ECG, EEG e outros exames análogos. **51.131.969/0011-04 – NIRE 35.904.384.623**. Endereço: Rua Padre Manoel de Paiva nº 42, Complemento, A 58, Bairro Jardim – Santo André-SP, CEP 09070-230. Tecnolab Unidade XI: 86.40-2-02 Laboratórios clínicos; 86.30-5-02 Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames; 86.40-2-04 Serviços de tomografia; 86.40-2-05 Serviços de diagnóstico por imagem com uso de radiação ionizante, exceto tomografia; 86.40-2-06 Serviços de diagnóstico por registro gráfico – ECG, EEG e outros exames análogos. **51.131.969/0011-04 – NIRE 35.904.384.623**. Endereço: Rua Padre Manoel de Paiva nº 42, Complemento, A 58, Bairro Jardim – Santo André-SP, CEP 09070-230. Tecnolab Unidade XII: 86.40-2-02 Laboratórios clínicos; 86.30-5-02 Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames; 86.40-2-04 Serviços de tomografia; 86.40-2-05 Serviços de diagnóstico por imagem com uso de radiação ionizante, exceto tomografia; 86.40-2-06 Serviços de diagnóstico por registro gráfico – ECG, EEG e outros exames análogos. **51.131.969/0011-19 – NIRE 35.059.468.880**. Endereço: Avenida Indic nº 779, Jardim – São Bernardo do Campo-SP, CEP 09750-601. Tecnolab Unidade Ocupacional: 86.40-2-02 Laboratórios clínicos; 86.40-2-05 Serviços de diagnóstico por imagem com uso de radiação ionizante, exceto ressonância magnética. **51.131.969/0013-38 – NIRE 35.905.893.041**. Endereço: Rua Campos Sales nº 269, Vila Bocaina – Mauá-SP, CEP 09310-040. Tecnolab Unidade XIV: 86.40-2-02 Laboratórios clínicos; 86.40-2-07 Serviços de diagnóstico por imagem com uso de radiação ionizante, exceto ressonância magnética; 86.40-2-08 Serviços de diagnóstico por registro gráfico – ECG, EEG e outros exames análogos. **51.131.969/0016-19 – NIRE 35.059.350.3**. Endereço: Rua Manoel Vaz nº 59, Complemento 1º Andar, Vila Alzira – Santo André-SP, CEP 09015-410. Tecnolab Unidade Hospital Santa Helena: 86.40-2-02 Laboratórios clínicos. **51.131.969/0017-08 – NIRE 35.999.999.041**. Endereço: Avenida Armando Italo Setti nº 331, Complemento Andar Terreiro, Baeta Neves – São Bernardo do Campo-SP, CEP 09760-280. Tecnolab Unidade Maternidade Italo Setti: 86.40-2-02 Laboratórios clínicos. Artigo Terceiro. A Companhia tem por objetivo social serviços de diagnósticos por anatomia patológica e citopatológica, coleta de materiais biológicos, serviços de diagnóstico de laboratório clínico compreendendo análises clínicas, serviços de radiologia, serviços de medicina nuclear, serviços de endoscopia, serviços de diagnóstico em cardiologia, serviços de diagnósticos em audiology, serviços de diagnóstico em pneumologia, serviços de diagnóstico em otorrinolaringologia, serviços de tomografia, serviços de ressonância magnética, métodos gráficos dinâmicos, atividades afins, bem como a participação societária em outras empresas, podendo adquirir ações e quotas representativas do capital social pertencentes a outras sociedades nacionais e internacionais; Artigo Quarto – O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II – Do Capital Social e das Ações.** Artigo Quinto – O Capital Social é de R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), representando cada ação o

valor de R\$1,00 (hum real), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 40.000.000 (quarenta milhões) de ações, todas ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma. Parágrafo Primeiro – As ações da Companhia poderão ser representadas por cauteis ou títulos múltiplos, desdobrados, consoante a preferência de cada acionista, sendo que a despesa de substituição dos títulos múltiplos ou das cauteis correrão por conta do acionista, quando por ele solicitadas. Parágrafo Segundo – As ações poderão ser ordinárias e preferenciais e ambas poderão ser divididas em classes, consoante deliberações ulteriores da assembleia. Artigo Sétimo – A cada ação ordinária nominativa, corresponde 1 (um) voto nas deliberações das assembleias gerais. Artigo Oitavo – Os acionistas terão preferência, em igualdade de condições e proporcionalmente às respectivas participações no capital social, à aquisição de ações da Companhia. A preferência incidirá em qualquer forma de cessão, transferência, alienação ou oneração, direta ou indireta, das ações e/ou direitos a elas inerentes, bem como, na subscrição de novas ações do capital, conforme estabelecido nos parágrafos deste artigo. Parágrafo Primeiro – Caso algum terceiro venha a ingressar na Companhia, deverá necessariamente submeter-se ao presente Estatuto Social e a quaisquer acordos ou contratos celebrados pelos acionistas da Companhia. Parágrafo Segundo – As disposições deste artigo também se aplicam, no que couber, ao direito de preferência em aumentos de capital da Companhia. Artigo Nonoo – Qualquer transferência de ações de emissão da Companhia ou de direitos de preferência, bem como qualquer transferência direta ou indireta de propriedade da mesma, incluindo desacordo com as disposições do presente Estatuto Social, serão consideradas nulas e inoperantes em relação à Companhia, aos demais acionistas e terceiros, de modo que, a diretoria recusará o pedido de registro de quaisquer transferências em desacordo com o presente Estatuto Social. Artigo Décimo – É vedado à Companhia ou a qualquer de seus acionistas, e/ou Diretores, gravar, conceder avenças, fiancas, ou de qualquer forma onerar, no todo ou em parte, as ações desta sociedade. Capítulo III – Órgãos de Administração. Artigo Décimo Primeiro – A Companhia poderá ter os seguintes órgãos de administração: Conselho de Administração e Diretoria. Parágrafo Primeiro – O Conselho de Administração é órgão de deliberação colegiada tendo por finalidade a representação da Companhia privativa da Diretoria. Parágrafo Segundo – Os administradores da Companhia estão dispensados de prestar causação para a garantia de suas gestões. Parágrafo Terceiro – É expressamente vedado, e será nulo de pleno Direito, o ato praticado por qualquer Administrador, procurador ou funcionário da Companhia, que envolva em obrigações relativas a negócios e operações estranhas ao objeto social, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal, se for o caso, que estará sujeito o infrator deste dispositivo. Artigo Décimo Segundo – A Assembleia Geral fixará anualmente o montante global da remuneração dos administradores da Companhia, cabendo ao Conselho de Administração, se esse estiver instalado, ou à Diretoria, em sua primeira Reunião realizada após a Assembleia Geral que fixar a remuneração dos administradores, estabelecer o rótulo entre os Conselheiros e os Diretores, havendo Conselho de Administração ou apenas entre os Diretores, se somente existir Diretoria, este será substituído, temporariamente, pelo Vice-Presidente, devendo ser convocada uma Assembleia Geral, dentro de, no máximo, 30 (trinta) dias; para eleger, por maioria de votos, o substituto, que permanecerá no cargo até o fim do mandato do Presidente impedido ou ausente em definitivo. Parágrafo Terceiro – O acionista poderá participar e votar a distância, por teleconferência ou videoconferência, em assembleia geral, na forma da lei, conforme previsto no art.121, § único da Lei 6.404/76. Artigo Décimo Terceiro – Conselho de Administração. Artigo 13.1 – O Conselho de Administração, na forma da lei, é o órgão executivo da Companhia, com competência fundamental de estabelecer as diretrizes fundamentais da política geral da sociedade, verificar e acompanhar a sua execução. Nesse sentido, compete privativamente ao Conselho de Administração: a) Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; b) Aprovar e ratificar o "plano de negócios" das sociedades controladas, coligadas, bem como dos consólios e associações e, ainda, a equivalência patrimonial das sociedades que faça parte com 10% (dez por cento) ou mais do capital social; c) Eleger, destituir, alterar o número de Diretores da Companhia e fixar-lhes atribuições, na forma do artigo 142, inciso II da Lei 6.404/76; d) Ficar autorizado a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e documentos da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos; e) Convocar as Assembleias Gerais, Ordinárias e Extraordinárias; f) Manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria; g) Manifestar-se previamente sobre os atos dos contratos que tenham valores superiores aqueles definidos anualmente nas reuniões do Conselho de Administração; h) Autorizar a abertura do encerramento de escritórios e filiais, representações ou qualquer tipo de estabelecimento em qualquer localidade do País e no exterior; i) Estabelecer o rótulo da remuneração de cada administrador, respeitado o limite global fixado pela Assembleia Geral; j) Determinar a distribuição interna dos serviços entre os Conselheiros, bem como, criar comitês, conceder licenças, renunerada ou não, aos Conselheiros ou Diretores; k) Autorizar a concessão, pela Companhia, de quaisquer garantias, fiancas, avais, penhor mercantil ou hipotecas as quais só poderão ser concedidas em operações de interesse para a Companhia; l) Autorizar a venda, cessão, transferência, alienação a qualquer título, locação ou oneração de bens e direitos do ativo, incluindo bens imóveis e/ou direitos a elas relacionados, que tenham valores superiores aqueles definidos anualmente nas reuniões do Conselho de Administração; m) Contratação de empréstimos, financiamentos ou prestação de garantias, reais ou pessoais, que envolvam, isolada ou conjunto de operações não liquidadas, valores superiores aqueles definidos anualmente nas reuniões do Conselho de Administração; n) Deliberar sobre o levantamento de balanços semestrais ou, intermediários à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, na forma prevista em Lei; o) Deliberar a respeito do aumento do capital social, emissão de ações, partes beneficiárias, bem como distribuições aos que fizerem parte da gestão, respeitando a lei e o presente estatuto, emissão de débitos e ações da Companhia dentro do limite do capital social autorizado; p) Deliberar a respeito da utilização dos recursos que integrem o fundo de liquidez, respeitado as disposições legais e do presente Estatuto; q) Escolher ou destituir auditores independentes da Companhia e/ou subsidiárias, controladoras ou coligadas, bem como indicar os mesmos, diretrizes, normas e prazos a serem seguidos para a prestação de informações; r) Autorizar e ratificar a concessão de gravames, avais, fiancas ou qualquer outro tipo de ônus em que haja interesse direto da companhia; s) Integrar e adequar as sociedades coligadas, controladoras, subsidiárias à nova estrutura societária, bem como estabelecer a forma de comunicação entre elas, inclusive com a utilização dos instrumentos de tecnologia de informação disponíveis; t) Fixar o orçamento do Conselho Consultivo; u) Autorizar a composição, conciliação ou transação nos processos judiciais que envolvam valores superiores aqueles definidos anualmente nas reuniões do Conselho de Administração. Artigo 13.2. Inexistindo Conselho de Administração, todas as suas atribuições passam a ser da Assembleia Geral e exercidas pela Diretoria. Artigo 13.3 – O Conselho de Administração, se existir, será composto por 5 (cinco) Conselheiros. Parágrafo Único – A modificação do número inicial de membros do Conselho de Administração será deliberada pela Assembleia, pela aprovação de 51% (cinqüenta e um por cento) do capital social autorizado. Artigo 13.4 – Os membros do Conselho de Administração, quando existir Conselho de Administração, serão eleitos para o período de 4 (quatro) anos, com direito a reeleição. Parágrafo Primeiro – A Companhia facultará aos representantes legais dos acionistas pessoas jurídicas participar do Conselho de Administração. Para tanto, as pessoas

**Mikonos Participações S.A.**

(Em constituição)

**Assembleia Geral de Constituição**

**1. Data, Hora e Local:** Ao décimo primeiro dia do mês de abril de 2025, realizar-se-á às 10 horas, na sede da Companhia, na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 2369, Anexo 2355, CJ 1102, bairro Jardim Paulistano, na Cidade de São Paulo/SP, CEP 01.452-922, a Assembleia Geral de Constituição ora documentada. **2. Quórum de Instalação:** Estiveram presentes todos os acionistas subscritores do capital social, conforme assinaturas constantes do livro de Presença, conferidas com as assinaturas constantes do boletim de subscrição. **3. Mesa Diretora:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. **Jonathas Barbosa Moreira**, brasileiro, nascido em 04/02/1991, engenheiro de produção, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, inscrito no CPF sob o nº 100.692.536-84, portador do RG nº MG-12140269, expedido pela SSP/MG, residente e domiciliado na Rua Manoel Venâncio Martins nº 314, Aptº 202, bairro Palmares, em Belo Horizonte/MG, CEP 31.155-700 ("Jonathas"), e secretariado pela Sra. **Adriana Batista Nunes**, brasileira, nascida em 25/09/1972, empresária, casada em regime de comunhão parcial de bens, inscrita no CPF sob o nº 000.831.806-99, portadora do RG nº 64355037-9, expedido pela SSP/SP, residente e domiciliada na Rua Portugal nº 64, bairro Jardim Europa, na cidade de São Paulo/SP, CEP 01446-020 ("Adriana"). **4. Ordem do Dia:** O Presidente procedeu à leitura do anúncio de convocação desta Assembleia e da respectiva ordem do dia, onde constavam as seguintes deliberações: **i.** Deliberar pela Constituição da Sociedade; **ii.** Deliberar pela aprovação do Estatuto Social de Constituição da Sociedade; **iii.** Deliberar pela Eleição da Diretoria; **iv.** Deliberar pela Eleição dos membros do Conselho Fiscal. A seguir foi feita a leitura do Projeto do Estatuto Social de Constituição da Sociedade (Anexo I), e do Boletim de Subscrição de Ações (Anexo II). **5. Declarações Preliminares do Presidente da Assembleia:** O Presidente da Mesa declarou que, estando presentes os representantes da totalidade das ações subscritas, deliberaram os presentes pela constituição da Sociedade. Que, assim sendo, submeteu aos presentes a pauta dos trabalhos, acompanhada do projeto do estatuto social em 03 (três) vias originais em igual teor e forma para a assinatura dos subscritores, e do boletim de subscrição das ações, também em 03 (três) vias. **6. Deliberações:** Examinadas e debatidas as matérias constantes da ordem do dia, foi deliberado, por unanimidade de votos de todos os subscritores e sem quaisquer restrições ou ressalvas: **i.** Aprovar a Constituição da Sociedade; **ii.** Aprovar o Estatuto Social que regerá a Companhia. O Capital Social da **Mikonos Participações S.A.** será de R\$1.000,00 (mil reais), subscrito em moeda nacional corrente e parcialmente integralizado, perfazendo R\$1.000,00 (mil reais), representado por 1.000 (mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, dos quais procede-se à integralização, neste ato, de 10% (dez por cento) do valor total, perfazendo R\$100,00 (cem reais). O restante será integralizado em até 180 dias, contatos a partir da presente Assembleia. Foram aprovados, sem quaisquer ressalvas ou restrições, o Boletim de Subscrição e o valor total contemplando as ações subscritas e parcialmente integralizadas como Capital Social, conforme acordado por todos os acionistas fundadores da **Mikonos Participações S.A.** Os valores integralizados pertencem aos acionistas Jonathas e Adriana, previamente qualificados. **iii.** Aprovar a nomeação e posse de Jonathas, previamente qualificado, como Diretor Presidente da Companhia, para o mandato de 03 (três) anos, que terá inicio em 11/04/2025 para findar em 10/04/2028, permitida a reeleição por iguais períodos subsequentes. O diretor eleito declara, sob as penas da lei e expressamente, que não se acha inciso nas proibições de que trata a legislação de regência, pela prática de crimes nela previstos, impeditivas do livre exercício de atividades mercantis. A assinatura do diretor eleito na presente Ata é acompanhada pela formalização e assinatura de Termo de Posse (Anexo III) conforme disposto no §2º do Art. 14 do Estatuto Social. São neste ato fixados os honorários da diretoria em 01 (um) salário-mínimo vigente nesta data, devendo ser debitado na conta das despesas administrativas. **iv.** Aprovar que a eleição, nomeação e posse dos membros do Conselho Fiscal ocorrerão conforme prescreve o Estatuto Social da **Mikonos Participações S.A.**, mediante Assembleia Geral a ser marcada em momento oportuno. **7. Encerramento e Aprovação da Ata:** Declarou o Presidente da Mesa que, ante a aprovação das matérias agendadas, fica definitivamente constituída a **Mikonos Participações S.A.**, e que, ao diretor eleito, compete a prática dos demais atos necessários à plena regularização da sociedade junto aos órgãos públicos competentes. Lida a presente Ata, foi a mesma aprovada e assinada por todos os presentes na Assembleia, estando os documentos citados nesta devidamente autenticados pela Mesa, e ficando autorizada sua lavratura em forma de sumário em quatro vias de igual teor e forma e para um só efeito. Estiveram presentes e assinaram o presente instrumento o Presidente da Mesa/Diretor Presidente/Acionista, Jonathas Barbosa Moreira; a Secretária da Mesa/Acionista, Adriana Batista Nunes; e o advogado Leonardo de Lima Naves, São Paulo/SP, 11 de abril de 2025. **Jonathas Barbosa Moreira**, Presidente da Mesa/Diretor Presidente/Acionista; **Adriana Batista Nunes**, Secretária da Mesa/Acionista; **Leonardo de Lima Naves**, Advogado, OAB/MG 91.166, JUCESP/NIRE nº 35.300673603 em 22/08/2025. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

**ESTATUTO SOCIAL.** Capítulo I. Denominação Social e Sede. **Artigo 1º.** A denominação da Companhia será **Mikonos Participações S.A.** e ela será regida pelas disposições deste Estatuto e da legislação vigente aplicável. **Artigo 2º.** A Companhia terá sua sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 2369, Anexo 2355, CJ 1102, bairro Jardim Paulistano, na Cidade de São Paulo/SP, CEP 01.452-922. Parágrafo Único. A Companhia não possui filiais, mas poderá abrir, manter ou encerrar, quando julgar conveniente, independente de autorização da Assembleia Geral, filial e escritórios em qualquer parte do território nacional, atribuindo-lhe capital autônomo, se necessário, observada a legislação vigente sobre a matéria. **Artigo 3º.** A **Mikonos Participações S.A.** tem como objetivo social a participação no capital de outras sociedades. **Artigo 4º.** O início das atividades da Companhia se dará na data de assinatura do presente estatuto e o seu prazo de duração é por tempo indeterminado. **Capítulo II. Capital, Ações e Acionistas.** **Artigo 5º.** O capital social da Companhia, ora subscrito em moeda corrente nacional, é de R\$ 1.000,00 (mil reais), representado por 1.000 (mil) Ações Ordinárias Nominativas e sem valor nominal. O valor integralizado na data de constituição é de R\$ 100,00 (cem reais), e o restante será integralizado em até 180 dias a contar da data de realização da Assembleia Geral de Constituição. **§ 1º.** As ações que vierem a ser emitidas em decorrência da elevação do capital social, observadas as condições da lei e do presente estatuto, serão integralizadas em moeda corrente nacional, conferência e/ou incorporação de bens móveis e imóveis. **§ 2º.** Cada ação ordinária corresponde a 01 (um) voto nas deliberações da assembleia geral. **Capítulo III. Assembleias Gerais.** **Artigo 6º.** As Assembleias Gerais serão ordinárias e extraordinárias e serão convocadas e realizadas na forma da lei e deste Estatuto. **§ 1º.** A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Sociedade e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento. **§ 2º.** Compete privativamente à Assembleia Geral: **I.** Reformar o estatuto social; **II.** Eleger ou destituir, a qualquer tempo, os administradores e fiscais da Sociedade, ressalvado o disposto no art. 142 da Lei 6.404/76; **III.** Tomar anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas; **IV.** Autorizar a emissão de debêntures, ressalvado o disposto no § 1º do art. 59 da Lei 6.404/76; **V.** Suspender o exercício dos direitos do acionista; **VI.** Deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social; **VII.** Autorizar a emissão de partes beneficiárias; **VIII.** Deliberar sobre transformação, fusão, incorporação e cisão da Sociedade, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas; **IX.** Autorizar os administradores a confessarem falência e pedir recuperação judicial; e **X.** Fixar o montante da remuneração dos Diretores. **§ 3º.** A Assembleia Geral reunir-se-á, anualmente, no prazo de até 04 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social, para: **I.** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; **II.** Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; **III.** Eleger os administradores e os membros do conselho fiscal, quando for o caso; **§ 4º.** A Assembleia Geral Extraordinária realizar-se-á sempre que houver justificativa e conveniência para tratar exclusivamente de assuntos objeto de sua convocação. **§ 5º.** A Assembleia Geral Ordinária e a Assembleia Geral Extraordinária poderão ser, cumulativamente, convocadas e realizadas no mesmo dia, hora e local, e instrumentadas em ata única. **Artigo 7º.** As pessoas presentes na Assembleia Geral deverão provar a qualidade de acionistas da sociedade. Os titulares das ações ou seus representantes legais deverão exibir documento hábil de sua identidade ou representação. **Artigo 8º.** Antes de instalada a Assembleia Geral, os acionistas assinarião o "Livro de Presença de Acionistas", indicando o seu nome, nacionalidade e residência, bem como a quantidade, espécie e classe das ações de que forem titulares. **Artigo 9º.** Os trabalhos da Assembleia serão dirigidos por mesa composta de presidente e secretário, escolhidos pelos acionistas presentes. **Artigo 10º.** As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes, não se computando os votos em branco e ressalvadas as exceções previstas em lei. **Artigo 11º.** É necessária a aprovação de acionistas que representem metade, no mínimo, das ações com direito a voto, para deliberação sobre: **I.** Criação de ações preferenciais ou aumento de classe de ações preferenciais existentes, sem guardar proporção com as demais classes de ações preferenciais, salvo já previstos ou autorizados pelo estatuto; **II.** Alteração nas preferências, vantagens e condições de resgate ou amortização de uma ou mais classes de ações preferenciais, ou criação de nova classe mais favorecida; **III.** Redução do dividendo obrigatório; **IV.** Fusão da Sociedade, ou sua incorporação em outra; **V.** Participação em grupo de sociedades; **VI.** Mudança do objeto da Sociedade; **VII.** Cessação do estado de liquidação da Sociedade; **VIII.** Criação de partes beneficiárias; **IX.** Dissolução da Sociedade. **Artigo 12º.** Dos trabalhos e deliberações da Assembleia Geral será lavrada, em livro próprio, ata assinada pelos membros da mesa e pelos acionistas presentes. Para validade da ata é suficiente a assinatura de quantos bastem para constituir a maioria necessária para as deliberações tomadas na Assembleia. Da ata far-se-ão certidões ou cópias autênticas para os fins legais. **Artigo 13º.** Sempre que não houver a aprovação de todos os membros da Diretoria, competirá à Assembleia Geral autorizar ou não a alienação de bens integrados ao ativo permanente da sociedade, qualquer que seja seu valor, bem como a assunção de financiamentos internos e externos. **Capítulo IV. Título I. Administração da Sociedade.** **Artigo 14º.** A Sociedade será administrada pela Diretoria. A Diretoria, órgão executivo e administrativo, será composta por 01 (um) Diretor Presidente, a ser eleito ou destituído, a qualquer tempo, pela Assembleia Geral. **§ 1º.** Para o cargo de Diretor Presidente, serão observados pela Assembleia Geral, na eleição, os seguintes requisitos: ser pessoa natural, residente no país e acionista. **§ 2º.** O Diretor Presidente será investido em seu cargo mediante assinatura do Termo de Posse. Caso este não seja assinado pelo Diretor eleito no prazo de 30 (trinta) dias seguintes à eleição, esta tornar-se-á sem efeito, salvo justificativa aceita pela Diretoria. **Artigo 15º.** O prazo de gestão dos membros da Diretoria é de 03 (três) anos, expirando-se na data de Realização da Assembleia Geral Ordinária, no terceiro ano subsequente ao de sua eleição, sendo admitida a reeleição. **§ 1º.** O prazo de gestão estender-se-á até a investidura dos novos Diretores eleitos. **§ 2º.** Os membros da Diretoria estão dispensados da prestação de garantia de gestão. **Artigo 16º.** Compete à Diretoria: **I.** Assegurar o pleno funcionamento da sociedade, o cumprimento do presente Estatuto e das deliberações da Assembleia Geral, respeitada a legislação vigente; **II.** Preparar e apresentar à Assembleia Geral, anualmente, os relatórios das atividades sociais; **III.** Formular propostas que devam ser levadas à apreciação da Assembleia Geral; **IV.** Propor a criação, instalação e encerramento de filiais, sucursais, agências, escritórios ou depósitos; **V.** Propor a alienação de bens do ativo permanente da sociedade, a constituição de ônus reais e a assunção de financiamentos externos e internos, de qualquer natureza, observando o Artigo 13; **VI.** Praticar todos os atos necessários ao normal funcionamento da sociedade. **Artigo 17º.** Compete ao Diretor Presidente, isoladamente: **I.** Representar oficialmente a sociedade, ativa e passivamente em todas as suas relações, em Juízo ou fora dele podendo constituir procuradores; **II.** Assinar correspondência da sociedade; **III.** Assinar a emissão de ações e cheques, ordens de pagamento, ordens de créditos, títulos sacados contra a sociedade, endossos, cauções, recibos e quitações; **IV.** Assinar a emissão de ações, cauções e debêntures de responsabilidade da sociedade; **V.** Assinar o Balanço, os Balancetes da sociedade e seus respectivos anexos; **VI.** Autorizar ou cancelar a locação de bens móveis, imóveis, a constituição de hipotecas, penhoras, cauções ou quaisquer outras formas de garantia real; **VII.** Assinar os instrumentos de contrato em que a sociedade for parte interessada; **VIII.** Convocar e presidir as reuniões da Diretoria; **IX.** Convocar as Assembleias Gerais nos termos da lei e do presente instrumento; **X.** Ter sob sua guarda os livros e valores da sociedade; **XI.** Aprovar e orientar a política geral da sociedade. **XII.** Realizar a administração interna da sociedade, a política de pessoal e a gerência dos recursos de conformidade com as diretrizes emanadas da presidência, voltada sempre para os custos de oportunidade. **Artigo 18º.** Em caso de impedimentos ocasionais ou vacância definitiva do cargo de Diretor Presidente, caberá à Assembleia Geral indicar o substituto ou eleger o novo diretor, conforme a necessidade. **Artigo 19º.** Todos os documentos, atos e contratos que obriguem a Companhia deverão conter a assinatura do Diretor Presidente, isoladamente. **§ 1º.** É vedado o uso da denominação social em operações estranhas aos interesses sociais, tais como avais, fianças e endossos a favor de terceiros. **§ 2º.** É vedada a prática de atos que possam gerar perda para a Companhia em benefício pessoal dos acionistas. **Artigo 20º.** A sociedade poderá nomear procuradores para representá-la dentro dos limites dos poderes conferidos nos respectivos mandatos, que terão sempre prazo determinado e não superior a um ano, ressalvados apenas os instrumentos de mandatos para fins judiciais ou específicos que terão duração indeterminada. **Capítulo V. Título II. Conselho Fiscal.** **Artigo 21º.** O Conselho Fiscal será composto de 03 (três) membros e igual número de suplentes, residentes no país, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral. **§ 1º.** O Conselho Fiscal será instalado pela Assembleia Geral a pedido de acionistas que representem, no mínimo, 1/10 (um décimo) das ações com direito a voto, e cada período de funcionamento, terminará na primeira Assembleia Geral Ordinária após sua instalação. **§ 2º.** A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que o eleger, **§ 3º.** O pedido de funcionamento do conselho fiscal, ainda que a matéria não conste do anúncio de convocação, poderá ser formulada em qualquer Assembleia Geral, que elegerá os seus membros. **Capítulo VI. Título III. Exercício Social e Dividendos.** **Artigo 22º.** O exercício social terá seu término no dia 31 de dezembro de cada ano, oportunidade em que serão elaboradas as demonstrações financeiras, obedecidas às normas técnicas e legais aplicáveis. **Artigo 23º.** Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, a Diretoria apresentará proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido do exercício. **Artigo 24º.** O lucro líquido do exercício é o resultado remanescente após apuradas as deduções de que tratam os Artigos 25 e 26 do presente Estatuto. **Artigo 25º.** Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos porventura acumulados e a provisão para Imposto de Renda e demais consecutivos desta exação. **Artigo 26º.** Do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, 05% (cinco por cento) serão aplicados na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social, destinada a assegurar a integridade do mesmo e que somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumento de capital. **Artigo 27º.** A Assembleia poderá, por proposta da Diretoria, destinar parte do lucro líquido para constituição de reservas de lucros a realizar, nas hipóteses e limites da lei. **Artigo 28º.** Os acionistas têm direito a receber, como dividendos, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: I – cota destinada à constituição de reserva legal; II – importância destinada à formação para Reserva de Contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores e não utilizadas; III – lucros a realizar, transferidos para a constituição de Reserva de Lucros a realizar e Lucros anteriormente registrados nessa Reserva que tenham sido realizados no exercício. **Artigo 29º.** A Assembleia Geral deliberará sobre o destino a ser dado ao saldo que ficar, depois de fixado o dividendo. **Parágrafo Único.** A Companhia deliberará a respeito da distribuição dos resultados, o qual poderá ser distribuído aos Acionistas na proporção das respectivas participações no capital social ou em qualquer outra proporção, conforme o que vier a ser deliberado em Assembleia Geral Extraordinária. **Artigo 30º.** O dividendo previsto neste Estatuto não será obrigatório no exercício social em que os órgãos da Administração informarem à Assembleia Geral Ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da sociedade. **Artigo 32º.** Por deliberação da Assembleia Geral, mediante proposta da Diretoria, desde que não haja oposição de qualquer acionista presente, poderá haver a divisão de dividendos inferiores ao estabelecido no Artigo 29 ou retenção de todo o lucro. **Artigo 33º.** A Diretoria poderá determinar a distribuição antecipada de dividendos, com base em balanço intermediário, ad referendum da Assembleia Geral, especialmente levantado para tal fim. **Capítulo VII. Título IV. Dissolução, Liquidação e Extinção.** **Artigo 34º.** A sociedade entrará em dissolução, liquidação ou extinção nos casos previstos em lei. **§ 1º.** A Assembleia Geral nomeará o liquidante e determinará o modo de liquidação, elegendo um Conselho Fiscal que deve funcionar durante o período de liquidação. **Capítulo VIII. Título V. Acordos de Acionistas.** **Artigo 35º.** Os Acordos de Acionistas devidamente registrados na sede da Sociedade que, dentre outras disposições, estabelecam cláusulas e condições para compra e venda de ações de emissão da Sociedade, preferência para adquiri-las, exercício direito de voto, ou poder de controle, serão respeitados pela Sociedade, por sua Administração e pelo Presidente das Assembleias Gerais. **Parágrafo Único.** As obrigações e responsabilidades resultantes de tais acordos serão válidas e obrigatórias tanto logo tais acordos tenham sido devidamente averbados nos livros de registro da Sociedade. Os administradores da Sociedade zelarão pela observância desses acordos e o Presidente da Assembleia Geral ou das reuniões da Diretoria, conforme o caso, deverão agir de acordo com o estabelecido em lei. **Capítulo IX. Título VI. Disposições Transitórias.** **Artigo 36º.** Os casos omissos no presente Estatuto Social serão regidos pela Legislação atual vigente. **Artigo 37º.** As partes elegem a CAMARB - Câmara de Mediação e Arbitragem Empresarial - Brasil, como órgão institucional de solução extrajudicial de litígios, para dirimir quaisquer questões divergentes e/ou conflitos oriundos do presente Estatuto Social. Assinam o presente instrumento: o Presidente da Mesa/Diretor Presidente/Acionista, Jonathas Barbosa Moreira; a Secretária da Mesa/Acionista, Adriana Batista Nunes; e o advogado Leonardo de Lima Naves. São Paulo/SP, 11 de abril de 2025.

**Frente Corretora de Cambio S.A.**

CNPJ nº 71.677.850/0001-77 - NIRE 35300612469

## Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 05 de maio de 2025

**Data:** 05 de maio de 2025, às 10:00 horas. **Local:** Sede social da **Frente Corretora de Cambio S.A.** ("Companhia"), na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 105, 25º andar, Torre 4, Setor C, Escritório tipo XV nº 251, Cidade Monções, São Paulo - SP, CEP 04571-900. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação em razão da presença dos acionistas detentores da totalidade das ações representativas do Capital Social da Companhia, nos termos do parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), conforme assinaturas verificadas no Livro de Presença de Acionistas, arquivado na sede da Companhia. **Mesa:** Presidente: Daniela Fátima Bernardi Marchiori, Secretário: Ricardo Baracal Panariello. **Ordem do Dia:** 1. Exame, discussão e votação acerca das demonstrações financeiras da Companhia, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a saber: Balanço Patrimonial e as seguintes demonstrações: Resultado do Exercício, Resultado Abrangente; Mutações do Patrimônio Líquido; Fluxo de Caixa; Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes ("Demonstrações Financeiras"); 2. Destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2024; e 3. Eleição dos membros da Diretoria com

## Ouray Participações S.A.

CNPJ/MF nº 56.635.299/0001-05 - NIRE 35.300.644.328

**Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de agosto de 2024**

**Hora, Data, Local e Presença:** Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de agosto de 2024, às 08:00 (oito) horas, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, 1748, cj. 1710, Cidade Monções, CEP 04571-000, reuniram-se em primeira convocação os fundadores da **Ouray Participações S.A.** ("Companhia"), subscritores da totalidade das ações emitidas pela Companhia nesta data. **Composição da Mesa:** Adriana de Fatima Alcides (Presidente). **Convocação e Presença:** Dispensada a publicação de editais de convocação, nos termos do § 4º, artigo 124, da Lei Federal nº. 6.404 de 15 de dezembro de 1976 ("LSA"), por estarem presentes os acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia ("Acionistas"), conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas. **Ordem do Dia:** Discutir e deliberar as seguintes matérias: (i) destituição do membro da Diretoria; (ii) eleição de membro da Diretoria da Companhia; (iii) aprovar a alteração do objeto social da Companhia; (iv) aprovar a alteração do Artigo do Estatuto Social que trata do objeto social da Companhia; (v) aprovar a proposta de aumento do capital social da Companhia; (vi) aprovar a alteração do Artigo do Estatuto Social que trata do capital social da Companhia; (vii) aprovar a alteração da denominação social da Companhia; (viii) aprovar a transferência de ações; e (ix) aprovar a nova redação do Estatuto Social da Companhia. **Deliberações:** Foram deliberadas, à unanimidade de votos dos presentes, sem ressalvas e oposições, as seguintes matérias: (i) Aprovaram a destituição do atual Diretor da Companhia **Lauanda Kathleen Cardoso Gomes**, brasileira, casada, empresária, portadora da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) nº. 08676403901, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia (CPF/ME) sob o nº. 395.924.948-94, com domicílio profissional no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, 1748, cj. 1710, Cidade Monções, CEP 04571-000, o qual deixou de exercer tal cargo a partir da presente data. (ii) Aprovaram a eleição do novo Diretor Presidente da Companhia, **Adriana de Fatima Alcides**, brasileira, viúva, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 26.590.041-4 SSP/SP e no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia (CPF/ME) sob o nº 182.133.198-26, com domicílio profissional no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, 1748, cj. 1710, Cidade Monções, CEP 04571-000, para ocupar o cargo de **Diretor Presidente** da Companhia, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no ano de 2027, permitida a reeleição, nos termos do Estatuto Social da Companhia. (iii) Aprovaram a alteração do objeto social da Companhia, de modo que passe a executar também as atividades de: (i) Gestão e Administração da Propriedade Imobiliária (CNAE: 68.22-6-00); (ii) Compra e Venda de Imóveis Próprios (CNAE: 68.10-2-01); (iii) Aluguel de Imóveis Próprios (CNAE: 68.10-2-02); (iv) Construção de Edifícios (CNAE: 41.20-4-00); (v) Serviços de Pintura de Edifícios em Geral (CNAE: 43.30-4-04); (vi) Obras de Acabamento (CNAE: 43.30-4-99); (vii) Obras de Alvenaria (CNAE: 43.99-1-03); (viii) Serviços Especializados Para Construção (CNAE: 43.99-1-99); (ix) Obras de Fundações (CNAE: 43.91-6-00); (x) Obras de Terraplanagem (CNAE: 43.13-4-00) e (xi) Locação de Máquinas e Equipamentos Sem Operador (CNAE: 77.39-0-02). (v) Hornogramaram a proposta de aumento do capital social da Companhia, de R\$ 1.000,00 (mil reais), dividido em 1.000 (mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado, para R\$ 850.000,00 (oitocentos e cinquenta mil reais), mediante a capitalização de R\$ 849.000,00 (oitocentos e quarenta e nove mil reais) ora proveniente da conta de reservas de capital da Companhia, sem a modificação do número de ações da Companhia. (vi) Aprovaram a alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, o qual, já refletindo o aumento de capital supra aprovado, passará a vigorar com a redação que lhe é dada a seguir: "Art. 5º O capital social é de R\$ 850.000,00 (oitocentos e cinquenta mil reais), dividido em 850.000 (oitocentas e cinquenta mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal." (vii) Aprovaram a alteração da denominação social da Companhia, atualmente de Ouray Participações S.A. para Ouray Serviços S.A. (viii) Aprovaram a transferência de ações realizada nesta data, ora lavrada no livro de registro de ações e livro de transferência de ações. (ix) Aprovaram a consolidação do Estatuto Social da Companhia, anexo a presente ata na forma de Anexo I; e O membro da Diretoria ora eleito assina neste ato o respectivo Termo de Posse, que integra a presente ata na forma do Anexo II, e que será lavrado no correspondente Livro de Registro de Atas de Reunião da Diretoria da Companhia no prazo de 30 (trinta) dias seguintes contados da realização da presente Assembleia, em conformidade com o disposto no parágrafo 1º do Artigo 149 da Lei nº. 6.404/76. Ficou estabelecido que a remuneração da Diretoria será fixada em Assembleia Geral a ser realizada oportunamente na sede social da Companhia. **Encerramento:** Terminada a leitura, nada mais havendo a tratar, foi oferecida a palavra a quem da quisesse fazer uso, como ninguém se manifestou, a assembleia foi suspensa pelo tempo necessário à lavratura da Ata em livro próprio, nos termos do artigo 130 da Lei Federal nº. 6.404/76, a qual, após lida e aprovada, foi assinada por todos os **Acionistas presentes**: Identificados na página nº 3 do Livro de Presença de Acionistas. A presente certidão é cópia fiel da Ata lavrada no Livro de Registro das Atas de Assembleia da Companhia, neste ato autenticada pelo Presidente e Secretária da Mesa. Mesa: Adriana de Fatima Alcides (Presidente). JUCESP nº 329.587/24-9 em 05/09/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

## BPC Participações e Produções Artísticas S.A.

CNPJ/MF nº 27.659.347/0001-05 - NIRE 35.300.589.297

**Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de julho de 2024**

**1. Data, Hora e Local:** Aos 15 (quinze) de julho de 2024, às 10 horas, na sede social da BPC Participações e Produções Artísticas S.A., localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Aspiculta, nº 422, Salas 51B, 52B e 61B, Vila Madalena, CEP 05.433-010 ("Companhia"). **2. Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), em virtude da presença da acionista titular da totalidade do capital social da Companhia, conforme assinatura apostada no Livro de Presença de Acionistas da Companhia. **3. Mesa:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Petrônio Cunha Corrêa Neto, que convidou o Sr. Gilberto Soares da Silva Junior para secretariá-lo. **4. Ordem do Dia:** deliberar e decidir sobre (i) a alteração do nome da Companhia, e de seu endereço de sede, com a consequente alteração do Capítulo I – "Denominação Social, Sede, Objeto e Prazo", em seus artigos 1º e 2º, e, (ii) a lavratura desta Ata na forma de sumário, como faculta o artigo 130, § 1º da Lei das S.A. **5. Deliberações:** Após exame, análise e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, a acionista da Companhia, representando a totalidade das ações de emissão desta aprovou, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições ou ressalvas, as seguintes deliberações: (a) Alterar o nome da Companhia, que de **BPC Participações e Produções Artísticas S.A.**, permanecendo o seu nome fantasia, **"Thirty Entertainment"**. (b) Tendo em vista a mudança do local da administração e decisão dos negócios da Companhia, decidem alterar o endereço da sua sede, que passa a ser na **Avenida Francisco Matarazzo, nº 1.500 - 14º e 15º andar - São Paulo SP / Torre Los Angeles - CEP: 05.001-100 - Bairro: Águas Brancas**. (c) ante as deliberações tomadas no item (b) retro, os presentes resolveram consolidar os endereços onde a Companhia mantém seus estabelecimentos, assim descritos: **Seção:** na cidade e Estado de São Paulo, Avenida Francisco Matarazzo, nº 1.500 - 14º e 15º andar/ Torre Los Angeles - CEP: 05.001-100 - Bairro: Águas Brancas. **Filial:** (1) na cidade de Manaus - Estado do Amazonas, na rua Salvador, nº 458 - sala 01, Adriâpolis, CEP 69057-040, nas quais são desenvolvidas atividades da Companhia, de acordo com seu objeto social. De forma que, consideradas as deliberações acima decididas, os Artigos 1º e 2º - Capítulo I do Estatuto Social da Companhia têm a sua redação alterada e passa a vigorar com o seguinte texto: "Capítulo I - Denominação Social, Sede, Objeto e Prazo: Artigo 1º. A **30e Partipações e Produções Artísticas S.A.** ("Companhia") é uma sociedade constituída e organizada sob a forma de sociedade por ações, regida pelo presente Estatuto Social e pela legislação aplicável, em especial a Lei das S.A., sendo seu nome fantasia **"Thirty Entertainment"**. Artigo 2º. A Companhia tem sede e fórum na Cidade de São Paulo, na cidade e Estado de São Paulo, Avenida Francisco Matarazzo, nº 1.500, 14º e 15º andar/ Torre Los Angeles - CEP: 05.001-100 - Bairro: Águas Brancas. Parágrafo Primeiro. Por deliberação da Diretoria, a Companhia poderá abrir, encerrar e alterar o endereço de filiais, escritórios, sucursais, representações e depósitos, no país ou fora dele." 6. Encerramento: Lavratura da Ata: Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem da quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente Ata, a qual, após haver sido lida e considerada, e conforme aprovada em todos os seus termos, foi assinada pela acionista da Companhia, juntamente com os membros da Mesa que a presidiu. 7. Assinaturas: Mesa: Presidente – Petrônio Cunha Corrêa Neto. Secretário – Priscila Rebelo Galante. Certifico que a presente ata é cópia fiel daquela lavrada em livro próprio. São Paulo/SP, 15 de julho de 2024. (ass.:) Mesa: Petrônio Cunha Corrêa Neto – Presidente; Priscila Rebelo Galante – Secretária. JUCESP – Registrado sob o nº 294.254/24-9 em 30/07/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

## GP Partnership S.A.

CNPJ nº 50.014.464/0001-25 - NIRE 35300611471

**Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária**

Ficam convocados os senhores acionistas da **GP Partnership S.A.** ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se aos 04 dias de setembro de 2025, às 10:00 horas, na sede da Companhia, na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Av. Copacabana, 325, 21º andar, sala 2106, Dezoito do Forte/Alphaville CEP 06.472-001, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia (i) exercício da Opção de Compra, pela Companhia, de ações preferenciais de sua emissão; (ii) cancelamento das ações preferenciais objeto da Opção de Compra mencionada no item "I". Barueri, 29 de agosto de 2025. Thiago Lolkus Nigro, Presidente do Conselho de Administração.

(30/08, 02 e 03/09/2025)

## PUBLICAÇÕES LEGAIS • 08

Edição Digital • Ano 5 • São Paulo, 02 de setembro de 2025

## Mobly S.A.

CNPJ/MF nº 31.553.627/0001-01 – NIRE 35.3.00561.20-1 – Companhia Aberta

**Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de março de 2025**

**1. Data, Hora e Local:** No dia 28 de março de 2025, às 9 horas, de forma exclusivamente digital, sendo considerada como realizada na sede social da Mobly S.A. ("Companhia"), localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 16.737, Mezanino, sala 2, Várzea de Baixo, CEP 04730-090. **2. Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, nos termos do artigo 13, e parágrafo 2º, do estatuto social da Companhia ("Estatuto Social"). O Sr. Marc Dominic Appelhoff foi representado por procuração pelo Sr. Philipp Christopher Steinhäuser, que também atuou como presidente da reunião, nos termos do artigo 13, caput e parágrafo 6º do Estatuto Social. A formalização do registro da presença dos membros do Conselho de Administração se deu pelo Presidente e pela Secretária da mesa, mediante assinatura da presente ata. **3 Mesa:** Presidente: Philipp Christopher Steinhäuser; Secretária: Fabiana Franco Ferrarezi. **4. Deliberações:** Instalada a reunião do Conselho de Administração, após a discussão da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram: (...) (v) aprovar, por unanimidade de votos e sem ressalvas, a reeleição dos membros da Diretoria da Companhia, para mandato de 2 (dois) anos. Dessa forma, a Diretoria permanecerá composta pelos seguintes membros: (a) **Victor Pereira Noda**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 27.958.739-8 SSP/SP, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Física do Ministério da Fazenda ("CPF/MF") sob o nº 295.089.868-83, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 16.737, Mezanino, sala 2, Várzea de Baixo, CEP 04730-090, na qualidade de Diretor Presidente; (b) **Marcelo Rodrigues Marques**, brasileiro, solteiro, solteiro, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 30.958.150-3 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 213.235.068-02, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 16.737, Mezanino, sala 2, Várzea de Baixo, CEP 04730-090, na qualidade de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores; e (c) **Mário Carlos Fernandes Filho**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 30.244.215-7 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 218.011.158-42, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 16.737, Mezanino, sala 2, Várzea de Baixo, CEP 04730-090, na qualidade de Diretor Operações e Sistemas Logísticos. Os diretores ora reeleitos (i) serão investidos em seus cargos mediante a assinatura, nesta data, de termo de posse no livro próprio, para exercício dos seus respectivos mandatos de forma unificada; e (ii) tomarão posse nos seus respectivos cargos mediante apresentação (a) do termo de posse, lavrado em livro próprio, contendo as declarações em atendimento à lei e à regulamentação em vigor; (b) da declaração de desimpedimento, para os fins do artigo 147 da Lei nº 6.404/1976 e da Resolução CVM nº 80/2022; e (c) da declaração dos valores mobiliários por eles eventualmente detidos de emissão da Companhia e de suas sociedades controladas ou do mesmo grupo, nos termos do artigo 157 da Lei nº 6.404/1976 e do artigo 11, parágrafo 4º, inciso II, da Resolução CVM nº 44/2021; (vi) aprovar, por unanimidade de votos e sem ressalvas, a reeleição dos membros do Comitê de Auditoria, para mandato de 1 (um). Dessa forma, o Comitê de Auditoria permanecerá composto pelos seguintes membros: (d) **Álvaro Tajar Junior**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 69.678.138-4, inscrito no CPF/MF sob o nº 152.662.888-09, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 16.737, Mezanino, sala 2, Várzea de Baixo, CEP 04730-090; (e) **Donato de Abreu Ramos**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 16.775.056-2 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 108.103.007-02, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 16.737, Mezanino, sala 2, Várzea de Baixo, CEP 04730-090; e (f) **José Ecio Pereira da Costa Junior**, brasileiro, casado, administrador de empresas e contador, portador da cédula de identidade RG nº 4.762.308-1 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 359.920.858-15, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 16.737, Mezanino, sala 2, Várzea de Baixo, CEP 04730-090. Fica consignado que, para fins do disposto no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, o Comitê de Auditoria é composto pelo Sr. Donato de Abreu Ramos, membro independente do Conselho de Administração da Companhia, e pelo Sr. José Ecio Pereira da Costa Junior, membro com reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária e coordenador do Comitê de Auditoria. Os membros do Comitê de Auditoria ora eleitos tomarão posse, nesta data, mediante apresentação do respectivo termo de posse, lavrado em livro próprio, contendo a declaração de desimpedimento aplicáveis. **5. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, a qual foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. **6. Assinaturas:** Mesa: Philipp Christopher Steinhäuser – Presidente; Fabiana Franco Ferrarezi – Secretária; Marcelo Rodrigues Marques, Fernando Cezar Dantas Portofino Borges, Daniel Vinicius Alberni Schrikke, (Membro Independente) e Donato de Abreu Ramos (Membro Independente). (Confere com a original lavrada em livro próprio.) São Paulo, 28 de março de 2025. Mesa: Philipp Christopher Steinhäuser – Presidente; Fabiana Franco Ferrarezi – Secretária. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 301.734/25-2 em 21/08/2025. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

## BPC Participações e Produções Artísticas S.A.

CNPJ/MF nº 27.659.347/0001-05 – NIRE 35.300.589.297

**Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 06 de setembro de 2023**

**1. Data, Hora e Local:** Aos 06 dias do mês de setembro de 2023, às 10:00 horas, na sede social da **BPC Participações e Produções Artísticas S.A.**, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Aspiculta, nº 422, salas 518, 528 e 618, Vila Madalena, CEP 05433-010 ("Companhia"). **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), em virtude da presença dos acionistas titulares da totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas apostadas no Livro de Presença de Acionistas da Companhia. **3. Mesa:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Petrônio Cunha Corrêa Neto, que convidou o Sr. Gilberto Soares da Silva Junior para secretariá-lo. **4. Ordem do Dia:** Examinar, discutir e deliberar sobre (i) a abertura de filial da Companhia na Cidade de Manaus, Estado do Amazonas; e (ii) a consolidação do Estatuto Social. **5. Deliberações:** Após exame, análise e discussão das matérias constantes na Ordem do Dia, os acionistas da Companhia, representando a totalidade das ações de emissão da Companhia, aprovaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições ou ressalvas, as seguintes deliberações, havendo-se autorizado a lavratura da presente ata na forma de sumário, como facilita o artigo 130, § 1º da Lei das S.A.: (i) a abertura de filial da Companhia, a qual localizar-se-á na Cidade de Manaus, Estado do Amazonas,